

Murray. N. Rothbard

*As origens do banco
central americano*

1ª edição



Instituto Rothbard

Título original

The origins of the Federal reserve

Publicado originalmente no *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Vol. 2, No. 3 (1999)
Também foi reimpresso em *A History of Money and Banking in the United States*. (2002)

Autor

Murray N. Rothbard

Tradução

Fernando Fiori Chiocca

Revisão

enviar para contato@rothbardbrasil.com

Diagramação

Fernando Fiori Chiocca

Capa

Fernando Fiori Chiocca

ROTHBARD, Murray N.

As origens do banco central americano/Murray N. Rothbard — São Paulo: Instituto Rothbard, 2022.

1. Banco Central 2. Fraude 3. Teoria monetária
4. Governo 5. Interesses Econômicos I. Título.

Sumário

Prefácio à edição brasileira	7
O Movimento Progressista	29
Insatisfação com o Sistema Bancário Nacional	37
Os primórdios do movimento de "reforma": A Convenção Monetária de Indianápolis.....	47
A Lei do Padrão Ouro de 1900 e depois.....	81
Charles A. Conant: Capital Excedente e Imperialismo Econômico	97
Conant: O imperialismo monetário e o padrão divisas-ouro	121
Jacob Schiff incita a ânsia por um banco central	159
O Pânico de 1907 e a mobilização por um Banco Central	175
A Fase Final: lidando com a supremacia democrata.....	207
Conclusão.....	217
Referências	219

Prefácio à edição brasileira

Em 2005 um grupo de criminosos cavou um túnel de 77 metros até o cofre do Banco Central em Fortaleza, CE, e furtou R\$164 milhões, até então o maior roubo à banco da história do Brasil. A história do crime baseou um filme de 2011, *Assalto ao Banco Central*, e foi contada em maiores detalhes no livro *Toupeira: A História Do Assalto Ao Banco Central* e agora em uma série documental da Netflix *3 Toneladas: Assalto ao Banco Central*. Mais do que o engenhoso e bem executado plano do roubo, o que cativa a atenção do público na história é tudo o que se seguiu após o roubo; uma trama onde os ladrões foram intensamente perseguidos por outros bandidos e *policiais corruptos*, sequestrados, mortos, até que após uma longa e árdua investigação da Polícia Federal, todos os que ainda estavam vivos foram presos e condenados, com exceção de um que conseguiu se livrar da justiça e dos outros bandidos.

O trabalho da polícia foi de fato mais engenhoso e bem executado que o dos ladrões, como mostra o resultado final

da história. Montando o organograma da quadrilha e utilizando métodos forenses, técnicas e procedimentos investigativos e a experiência de agentes especializados, nenhum fato relevante ao caso deixou de ser descoberto. Após anos de empenho e dedicação pessoal, os policiais conseguiram finalmente alcançar a “justiça” que pretendiam. No entanto, um crime muito maior passou completamente despercebido por todos estes supostos agentes da lei. Um crime de fraude envolvendo o Banco Central que está sendo cometido há décadas e já roubou não alguns milhões, mas trilhões de suas vítimas.

A primeira coisa que faltou para a polícia foi apurar devidamente o objeto do roubo. O que foi roubado? A resposta deles foi “dinheiro”. Porém, aquelas 3 toneladas de notas de 50 reais não são dinheiro. Uma *investigação* da ciência econômica poderia fornecer aos policiais a conclusão que a moeda fiduciária emitida monopolisticamente pelo Banco Central e imposta coercivamente pela lei de curso forçado é dinheiro falso. O Banco Central

realmente teve suas notas roubadas, mas se eu estivesse imprimindo dinheiro falso na minha garagem e fosse roubado, não seria função da polícia tentar recuperar minhas notas e sim me prender e acabar com minha produção de dinheiro falsificado. Mas neste caso do assaltado ao Banco Central, a polícia ajudou o falsificador a recuperar parte de seu dinheiro falso e nada fez para dar fim a sua falsificação.

Na verdade é muito mais fácil descobrir o que é dinheiro do que desvendar todos os detalhes do complexo assalto ao Banco Central de Fortaleza e identificar, descobrir o paradeiro, perseguir e prender todos os envolvidos. As informações sobre dinheiro estão todas disponíveis, e basta dedicar algum tempo de leitura que a

origem do dinheiro¹ se esclarece. A primeira coisa que precisamos saber para desvendar um alegado caso de roubo de dinheiro é saber o que é dinheiro. Porém, ao descobrir o que é dinheiro acontece uma reviravolta no caso, e a investigação necessariamente passa ser na direção de descobrir o que o governo fez com o nosso dinheiro?² É como se a polícia fosse chamada para investigar um roubo de algumas joias de uma tradicional joalheria e descobrisse que *todas* as joias que essa joalheria comercializou desde sua inauguração eram falsas. Em ambos os casos, a suposta vítima automaticamente deveria se transformar em réu.

Efetivamente, a partir do momento que os investigadores do assalto ao Banco

¹ Carl Menger, *A origem do dinheiro*, (1892), disponível na biblioteca on-line do Instituto Rothbard.

² Murray N. Rothbard, *O que o governo fez com o nosso dinheiro?*, Instituto Rothbard.

Central entendessem o que é dinheiro e qual a natureza de um Banco Central, um crime de proporções bíblicas se apresentaria diante deles. Um esquema fraudulento descomunal de trocar algo por nada que possui beneficiários e prejudicados, perpetradores e vítimas que podem ser identificados. Um crime que é ocultado sistematicamente por um conluio entre banqueiros, governos, acadêmicos e imprensa que visa desacreditar os poucos que o denunciam, como os economistas austríacos. O Instituto Rothbard tem denunciado este crime desde a inauguração de seu website em 2008 através de seus muitos livros e artigos sobre o tema, como este do economista Thorsten Polleit, que nos conta que

Por toda a história, bancos centrais foram criados, antes de mais nada, para encher os cofres do governo. Para aumentar os meios financeiros do rei ou dos governantes eleitos através de um esquema inflacionário – geralmente muito sofisticado e

muito insidioso para a maioria das pessoas compreender. Bancos centrais são decisivos para colocar o governante – ou a classe dominante – em uma posição em que possam saquear o povo em grande escala e, através da redistribuição da pilhagem, tornar um crescente número de pessoas financeiramente e socialmente dependentes.³

Existe um mito difundido pelo conluio de uma imaculada concepção do Banco Central, como se diante de crises sistêmicas do capitalismo de livre mercado um grupo de estudiosos abnegados tivesse se reunido para criar mecanismos que colocassem em prática uma teoria econômica para sanar o problema recorrente inerente a livre operação da

³ Thorsten Polleit, “Banco Central = injustiça social”, artigo publicado no website do Instituto Rothbard.

atividade bancária e de criação de moedas. Mas isso nunca existiu; a história real é bem diferente. Trata-se de uma história de interesses bem definidos orquestrando formas de aumentar seus ganhos em detrimento de outros. Em outro artigo Guido Hülsmann nota que os

bancos centrais não operam sua distribuição de forma neutra. Em nossos dias, em que ano após ano os bancos centrais aumentam a oferta monetária em centenas de bilhões de euros ou dólares, há a geração de enriquecimento do setor público e bancos comerciais que são regularmente os primeiros utilizadores do novo dinheiro. ...

[um] enorme enriquecimento
de uns à custa dos outros.⁴

Este insight de Hülsmann forneceria a investigadores interessados uma pista de por onde começar a *seguir o dinheiro*. Contudo, a exorbitante transferência direta de riquezas de produtores para não produtores não é o único crime destes falsários – a quantidade do saque é tão extraordinária que os governos modernos já são sustentados por este esquema de falsificação e todos os outros impostos poderiam ser abolido. Ademais, no decurso deste desvio, a manipulação monetária e das taxas de juros desencadeia os ciclos econômicos, induzindo investimentos errôneos durante a expansão e provocando uma inevitável quebra generalizada na recessão. Ou seja, prejuízo, miséria,

⁴ Jörg Guido Hülsmann, “Novo Mundo, Novo Dinheiro”, artigo publicado no website do Instituto Rothbard.

sofrimento e desespero para o povo, enquanto os bilionários ficam cada vez mais bilionários. Hans-Hermann Hoppe delata de forma clara a falcatrua:

Contanto que o estado lhes conceda o privilégio de realizar falsificações sobre as notas estatais já falsificadas, sob um regime de atividade bancária de menos de 100% de reservas, com um banco central funcionando como um falsificador de última instância, os bancos podem ser facilmente persuadidos a considerar o estabelecimento de tal sistema monetário como seu objetivo final e como uma panaceia universal.

Economicamente, essa coalizão entre estado – como parceiro dominante – e o sistema bancário – como seu afiliado – resulta em inflação permanente (limitada apenas pelo imperativo de não exceder-se e causar uma destruição de todo o sistema

monetário), expansão creditícia e ciclos de expansão-retração recorrentes e em redistribuição de riqueza e renda ininterrupta e regular em favor do estado e dos bancos.

Ainda mais importante, entretanto, são as implicações sociológicas dessa aliança: com a sua formação, uma classe dominante cujos interesses estejam intimamente ligados aos do estado é estabelecida dentro da sociedade civil. Por meio dessa cooperação, o estado pode agora estender seu poder de coerção a praticamente todas as áreas da sociedade.⁵

⁵ Hans-Hermann Hoppe, “Atividade bancária, Estados-Nações e política internacional: uma reconstrução sociológica da ordem econômica presente”, artigo publicado no website do Instituto Rothbard.

E Murray Rothbard conclui que

a intromissão do governo no âmbito monetário não apenas trouxe ao mundo uma tirania nunca antes vista, como também gerou o caos em vez da ordem. Essa intromissão fragmentou destrutivamente o pacífico e produtivo mercado mundial, fazendo com que o comércio e os investimentos fossem tolhidos e obstruídos por uma miríade de restrições, controles, taxas de câmbio artificiais, colapsos monetários etc. A intromissão ajudou a produzir guerras ao transformar um mundo de relações pacíficas em uma selva de blocos monetários em constantes desavenças e guerras cambiais, o que estimulou o

protecionismo e dificultou o comércio mundial.⁶

De fato, Rothbard foi o maior delator do assalto do Banco Central da história. Durante décadas ele escreveu inúmeros artigos, proferiu palestras e publicou livros denunciando todo o esquema. Em um desses livros Rothbard monta todo o caso contra o Banco Central americano; o título do livro é precisamente “O Caso contra o Banco Central americano” (*The Case Against the Fed*, traduzido e publicado recentemente no Brasil com o título *Pelo fim do Banco Central*). Todavia, foi em outra obra que o inspetor Murray fez um trabalho investigativo ainda mais espetacular do que o realizado pela polícia brasileira no assalto de Fortaleza. Em *As origens do Banco Central americano*, Rothbard vai

⁶ Murray N. Rothbard, *O que o governo fez com o nosso dinheiro?*, Capítulo III, Instituto Rothbard.

muito além da teoria e apura o nome dos envolvidos e suas responsabilidades nos atos criminosos. Seu relato aprofundado que aponta a participação dos implicados poderia ser desmembrado em um organograma policial que preencheria todos os metros quadrados da parede de uma delegacia, com três elementos no topo: os interesses de Morgan, Rockefeller e Kuhn, Loeb.

Assim como a polícia brasileira fez no caso do furto das notas falsas do Banco Central de Fortaleza, Rothbard também não deixa nenhum fato relevante ao caso sem ser esclarecido, com sua investigação alcançado os primórdios de um incipiente movimento em prol da criação de um banco central nos Estados Unidos. Após anos de agitações e tentativas malfadas escrutinadas por Rothbard neste ensaio, os interesses da elite financeira conseguiram se aproveitar de uma crise, o Pânico de 1907, para consolidar de vez a ideia de um banco central na cabeça das partes interessadas:

Muito rapidamente após o pânico, a opinião de banqueiros e empresários se consolidou em prol de um banco central, uma instituição que poderia regular a economia e servir como credor de última instância para salvar os bancos de problemas. Os reformadores agora enfrentavam uma dupla tarefa: elaborar os detalhes de um novo banco central e, mais importante, mobilizar a opinião pública a seu favor. (pág. 176)

Com banqueiros e empresários na mesma página, o próximo passo “foi conquistar o apoio dos acadêmicos e especialistas do país. A tarefa foi facilitada pela crescente aliança e simbiose entre a academia e a elite dominante.” (pág. 176) Uma das armas utilizadas nesta conquista foi a realização de simpósios que divulgariam ideias preconcebidas pelos grupos de interesse, que colocavam a culpa da crise na inelasticidade da moeda e na concorrência dentro do sistema bancário:

.... o Pânico de 1907 foi "uma das grandes calamidades da história" – o resultado de um sistema bancário americano descentralizado e competitivo, com 15.000 bancos competindo vigorosamente pelo controle das reservas de dinheiro. O terrível é que "cada instituição está sozinha, preocupada em primeiro lugar com sua própria segurança, e não contendo esforços para acumular reservas sem levar em conta" o efeito de tais ações em outras instituições bancárias.

Esse sistema atrasado deve ser mudado, para seguir o exemplo de outras grandes nações, onde um banco central é capaz de mobilizar e centralizar reservas e criar um sistema monetário elástico. Colocando a situação em termos virtualmente marxistas, Vanderlip declarou que o poder estrangeiro e externo do mercado livre e competitivo

deve ser substituído pelo controle central seguindo princípios bancários modernos e supostamente científicos. (pág. 180)

Com a nova profissão de acadêmicos especialistas à bordo – pois vantagens também lhes fora oferecida – o passo seguinte era moldar a opinião pública, e Rothbard mostra como o conluio usou organizações para esta empreitada como a Comissão Monetária Nacional. Em sua investigação Rothbard encontrou até uma confissão de um membro deste consórcio, o jornalista “Serenio S. Pratt, do *Wall Street Journal*. . . . que praticamente admitiu que o objetivo da comissão era sobrecarregar o público com uma suposta expertise e, assim, “educa-lo” para apoiar a reforma bancária.” (pág. 184)

Após alguns anos de agitação, o objetivo da quadrilha de fraudadores estava próximo. O Dr. Jekyll estava prestes

a elaborar a fórmula da poção que criaria de seu monstro:⁷

Com a conferência monetária de Nova York terminada, agora era hora de Aldrich, cercado por alguns dos mais altos líderes da elite financeira, se isolar e elaborar um plano detalhado em torno do qual todas as partes do movimento do banco central poderiam se unir. . . . Em 22 de novembro de 1910, o senador Aldrich, com um punhado de companheiros, partiu em um vagão particular de Hoboken, Nova Jersey para a costa da Geórgia, onde pegaram um barco até um retiro exclusivo, o Jekyll Island Club. . . . Os

⁷ Dr. Jekyll é o personagem do livro *O Médico e o Monstro*, de 1886. No livro o Dr. Henry Jekyll inventa uma poção que ele mesmo toma o transforma em uma criatura horrorosa e sem escrúpulos, o Sr. Hyde.

conferencistas trabalharam durante uma semana inteira em Jekyll Island para elaborar o rascunho do projeto de lei do Federal Reserve. . . . [Nestas] reuniões, os seis homens forjaram um plano para um banco central, que acabou se tornando o projeto de lei Aldrich. (pág. 204)

E claro que Rothbard conclui a investigação entregando os cúmplices desta facção criminosa:

A elite do poder financeiro agora tinha seu próprio projeto de lei. O significado da composição da pequena reunião deve ser enfatizado: dois homens de Rockefeller (Aldrich, Vanderlip), dois Morgans (Davison e Norton), um de Kuhn, Loeb (Warburg) e um economista amigo de ambos os campos (Andrew). (pág. 205)

Expus aqui brevemente apenas alguns pontos dessa fascinante história de

detetive que esmiuça muito mais: as pretensões, frustrações e sucessos do consórcio; suas artimanhas para minar os genuínos padrões prata e ouro de colônias conquistadas após a vitória na Guerra Hispano-Americana e colocar em seu lugar o padrão divisas-ouro, assim como espalhar esse imperialismo monetário pelo resto do mundo; a vida de personagens intrigantes como o jornalista financeiro Charles A. Conant, cuja carreira está intimamente ligada ao movimento pelo banco central; e muito mais, pois Rothbard detalha até o grau de parentesco de ocupantes de posições supostamente imparciais com a elite financeira.

A obra do inspetor Murray é um verdadeiro inquérito policial histórico que pode ser usado em um tribunal privado como peça de acusação contra a elite dominante, e usada para ajudar a traçar seus desdobramentos até os dias atuais, o que serviria para ajudar a colocar muitos fraudadores na cadeia e dismantelar seu esquema fraudulento centenário. Logicamente que para isso precisaríamos de

uma polícia privada agindo puramente no interesse da Justiça, já que a polícia estatal jamais iria morder a mão que a alimenta. A polícia estatal existe especificamente para proteger o Estado e a elite que o controla. Quando a Polícia Federal se empenhou arduamente para desvendar o assalto ao Banco Central, ela se limitou a impor a obediência a uma legislação que foi redigida por políticos para manter seu esquema de desvio de riqueza. Sua ação não tem nada a ver com cumprimento da Lei verdadeira e da busca por Justiça. O livre mercado tende ao equilíbrio. Isto quer dizer que o lucro de diferentes áreas tende a se nivelar. Quando temos no Brasil um punhado de bancos com lucros que ultrapassam uma centena de bilhões, isso é evidência de que algo está errado, e deveria despertar o início de uma investigação de cartel.

Porém, realisticamente o máximo que podemos esperar para um futuro próximo é que surja algum investigador libertário da história e desvende o conluio por traz da criação do Banco Central do

Brasil, uma instituição que vem assaltando bilhões da riqueza dos produtores brasileiros, transferindo o esbulho para o governo e a elite bancária cartelizada. Por fim, deixo aqui um episódio obscuro que poderia servir como ponto de partida desta apuração. No início do ano 2000, Cristiano Chiocca, atualmente presidente do Instituto Rothbard, era um jovem recém formado em economia, entusiasta do liberalismo, que descobriu que o economista Roberto Campos daria uma palestra na sede da *Folha de São Paulo* no centro de São Paulo. Ele lá compareceu com alguns livros debaixo do braço de autoria de Campos para serem autografados. Com o liberalismo em baixa desde as privatizações de FHC, realmente não era esperado um público muito grande. Todavia, Cristiano também não esperava o que encontrou. Na plateia estavam somente ele, duas outras pessoas que chegaram juntas após o início e mais um petista que fez uma pergunta e foi embora no meio da palestra. Os outros dois espectadores que acompanharam a palestra de Campos até o final eram nada menos que Moise e

Joseph Safra, que pareciam estar prestando reverência ao já idoso especialista teórico que ajudou a cimentar seu império bancário ao criar o Banco Central. Campos faleceria no ano seguinte. Certamente Rothbard iria se deleitar com esse pormenor e puxar dele um fio em um organograma completo de culpados.

Fernando Fiori Chiocca

São Paulo, 13 de junho de 2022

O Movimento Progressista

O projeto de lei do Federal Reserve de 23 de dezembro de 1913 foi parte integrante da onda de legislação progressista nos níveis de governo local, estadual e federal que começou por volta de 1900. O progressismo foi um movimento bipartidário que, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, transformou a economia e a sociedade americana que eram de um tipo de *laissez-faire* em um estatismo centralizado.

Até a década de 1960, os historiadores tinham bem estabelecido o mito de que o progressismo fora na realidade um levante de trabalhadores e agricultores que, guiados por uma nova geração de especialistas e intelectuais altruístas, superaram a feroz oposição das grandes empresas e conseguiram conter, regular e controlar o

que havia sido um sistema de crescente monopólio no final do século XIX. Porém, uma geração de pesquisa e estudos agora acabou com esse mito por toda a sociedade americana politicamente organizada, e ficou muito claro que a verdade é o inverso dessa fábula banal.

Em contraste, o que realmente aconteceu foi que os negócios se tornaram cada vez mais competitivos durante o final do século XIX, e que vários interesses de grandes empresas, liderados pela poderosa casa financeira de J. P. Morgan and Company, tentaram desesperadamente estabelecer cartéis eficazes contra o livre mercado. A primeira onda desses cartéis foi no primeiro negócio de grande escala – ferrovias. Em todos os casos, a tentativa de aumentar os lucros – cortando as vendas com um sistema de cotas – e, assim, aumentar os preços ou as taxas, desmoronou rapidamente

com a concorrência interna dentro do cartel e com a concorrência externa de novos competidores ansiosos por minar o cartel.

Durante a década de 1890, no novo campo das grandes corporações industriais, os interesses das grandes empresas tentaram estabelecer preços altos e reduzir a produção por meio de fusões e, novamente, em todos os casos, a fusão foi desmoronada pelos ventos da nova concorrência. Em ambos os conjuntos de tentativas de cartel, a J. P. Morgan and Company assumiu a liderança e, em ambos os conjuntos de casos, o mercado, prejudicado por altas barreiras de proteção e tarifas, conseguiu anular essas tentativas de cartelização voluntária.

Tornou-se então claro para esses interesses das grandes empresas que a única maneira de estabelecer uma economia cartelizada, uma

economia que garantiria seu domínio econômico contínuo e altos lucros, seria usar os poderes do governo para estabelecer e manter cartéis por coerção, em outras palavras, transformar a economia de um *laissez-faire* rústico em um estatismo centralizado e coordenado. Mas como poderia o povo americano, imerso em uma longa tradição de oposição feroz ao monopólio imposto pelo governo, concordar com esse programa? Como poderia ser engendrado o consentimento do público para a Nova Ordem?

Felizmente para os cartelistas, uma solução para esse problema incômodo estava à disposição. O monopólio poderia ser implementado em nome da oposição ao monopólio! Dessa forma, usando a retórica adorada pelos americanos, a forma da economia política poderia ser mantida, enquanto o conteúdo poderia ser totalmente revertido.

O monopólio sempre foi definido, na linguagem popular e entre os economistas, como "concessão de privilégios exclusivos" pelo governo. Então ele foi simplesmente redefinido como "grandes empresas" ou práticas competitivas de empresas, como corte de preços, de modo que as comissões regulatórias, da Comissão de Comércio Interestadual (CCI) à Comissão Federal de Comércio (CFC) e às comissões estaduais de seguros, sofreram lobby e foram compostas por homens de grandes empresas da indústria regulamentada, tudo feito em nome da contenção do "monopólio das grandes empresas" no mercado livre.

Dessa forma, as comissões regulatórias poderiam subsidiar, restringir e cartelizar em nome da "luta contra o monopólio", bem como promover o bem-estar geral e a segurança nacional. Mais uma vez, foi o monopólio ferroviário que abriu o caminho.

Para vencer este jogo intelectual, os cartelistas precisavam do apoio dos intelectuais da nação, a classe de formadores de opinião profissionais na sociedade. Os Morgans precisavam de uma cortina de fumaça de ideologia, que estabelecesse a lógica e a apologética para a Nova Ordem. Mais uma vez, felizmente para eles, os intelectuais estavam prontos e ansiosos pela nova aliança.

O enorme crescimento de intelectuais, acadêmicos, cientistas sociais, tecnocratas, engenheiros, assistentes sociais, médicos e "guildas" profissionais de todos os tipos no final do século XIX levou a maioria desses grupos a se organizar para obter uma fatia muito maior do bolo do que eles poderiam alcançar no mercado livre. Esses intelectuais precisavam que o Estado licenciasse, restringisse e cartelizasse suas ocupações, de modo a

aumentar a renda dos afortunados que já atuavam nesses campos.

Em troca de servirem como apologistas do novo estatismo, o Estado estava preparado para oferecer não apenas ocupações cartelizadas, mas também cargos cada vez mais altos e mais confortáveis na burocracia para planejar e fazer propaganda para a sociedade recém-estatizada. E os intelectuais estavam prontos para isso, tendo aprendido em escolas de pós-graduação na Alemanha as glórias do estatismo e do socialismo organicista, de um harmonioso "caminho do meio" entre o *laissez-faire* todos-contra-todos de um lado e o marxismo proletário do outro. Um grande governo, formado por intelectuais e tecnocratas, dirigido por grandes empresas e auxiliado por sindicatos que organizam uma força de trabalho subserviente, imporia uma comunidade cooperativa para o suposto benefício de todos.

Insatisfação com o Sistema Bancário Nacional

O grande empurrão anterior que o estatismo recebeu nos EUA ocorreu durante a Guerra Civil, quando o Congresso, de virtualmente partido único, após a secessão do Sul encorajou os republicanos a promulgar seu querido programa estatista sob o pretexto da guerra. A aliança das grandes empresas e do grande governo com o Partido Republicano impulsionou o imposto de renda, pesados impostos sobre produtos pecaminosos como tabaco e álcool, altas tarifas protecionistas e enormes concessões de terras e outros subsídios às ferrovias transcontinentais.

A construção excessiva de ferrovias levou diretamente às tentativas fracassadas de Morgan de fundir empresas ferroviárias e, finalmente, à criação, promovida por Morgan e pelas ferrovias controladas por Morgan, da Comissão de Comércio Interestadual em 1887. O

resultado disso foi o longo declínio secular das ferrovias, que teve início antes de 1900. O imposto de renda foi anulado por ação do Supremo Tribunal, mas foi restabelecido durante o período progressista.

A mais intervencionista das ações da Guerra Civil foi no campo vital da moeda e do sistema bancário. A postura em direção ao dinheiro sólido e ao sistema bancário livre que havia sido alcançada durante as décadas de 1840 e 1850 foi varrida por duas medidas inflacionistas perniciosas do governo republicano durante a guerra. Um deles foi o dinheiro fiduciário *greenback*,¹ que se depreciou

¹ [Nota do tradutor] *Greenback* foi o papel-moeda de emergência emitido pelos Estados Unidos durante a Guerra Civil Americana que eram impressos em verde no verso. Eles estavam em duas formas: Demand Notes, emitidas em 1861-1862, e United States Notes, emitidas em 1862-1865. Uma forma de moeda

pela metade no meio da Guerra Civil. Ele foi finalmente substituídos pelo padrão-ouro após pressão imperativa dos democratas, mas não até 1879, catorze anos completos após o fim da guerra.

Uma segunda intervenção, e mais duradoura, foram os projetos de lei do Sistema Bancário Nacional de 1863, 1864 e 1865, que destruíram a emissão de notas bancárias por bancos credenciados pelos estados (ou "estaduais") por meio de um imposto proibitivo, e depois monopolizaram a emissão de notas de banco nas mãos de alguns grandes "bancos nacionais" credenciados pelo governo federal, principalmente centrados em Wall Street. Em uma cartelização típica, os bancos

fiduciária, as notas tinham curso legal para a maioria dos propósitos e carregavam promessas variadas de pagamento eventual em moeda, mas não eram apoiadas por reservas de ouro ou prata existentes.

nacionais foram obrigados por lei a aceitar as notas e depósitos à vista uns dos outros pelo valor nominal, anulando o processo pelo qual o mercado livre vinha descontando as notas e depósitos de bancos instáveis e inflacionários.

Dessa forma, o establishment do governo federal de Wall Street conseguiu controlar o sistema bancário e inflar a oferta de notas e depósitos de maneira coordenada.

Mas ainda havia problemas. O sistema bancário nacional oferecia apenas um meio-termo entre o sistema bancário livre e o sistema de banco central do governo e, no final do século XIX, os bancos de Wall Street estavam ficando cada vez mais descontentes com o status quo.

A centralização era apenas limitada e, acima de tudo, não havia um banco central governamental para coordenar a inflação e atuar como prestador de última instância, socorrendo bancos em apuros. Assim que o crédito bancário gerou expansões, eles tiveram problemas;

expansões criadas pelos bancos transformaram-se em recessões, com os bancos forçados a contrair seus empréstimos e ativos e a deflacionar para se salvarem.

Não só isso, mas após o choque inicial das leis do Sistema Bancário Nacional, os bancos estaduais cresceram rapidamente ao piramidar seus empréstimos e depósitos à vista sobre as notas dos bancos nacionais. Esses bancos estaduais, livres dos requisitos de alto capital legal que mantinham a entrada restrita nos bancos nacionais, floresceram durante as décadas de 1880 e 1890 e proporcionaram forte concorrência para os próprios bancos nacionais.

Além disso, St. Louis e Chicago, após a década de 1880, proporcionaram uma concorrência cada vez mais severa a Wall Street. Assim, os depósitos bancários de St. Louis e Chicago, que representavam apenas 16% do total de St. Louis, Chicago e Nova York em 1880, aumentaram para 33% desse total em 1912. A cidade de Nova York, que representava 24% do total

nacional em 1882, subiu para 43% em 1913.

As queixas dos grandes bancos se resumiam a uma palavra: "inelasticidade". O sistema bancário nacional, eles acusaram, não fornecia a "elasticidade" adequada da oferta monetária; ou seja, os bancos não conseguiram expandir a moeda e o crédito tanto quanto desejavam, principalmente em tempos de recessão. Em suma, o sistema bancário nacional não oferecia espaço suficiente para expansões inflacionárias de crédito por parte dos bancos do país.²

² Sobre os antecedentes do Sistema Bancário Nacional e sobre a crescente infelicidade dos grandes bancos, ver Murray N. Rothbard (1984, pp. 89-94), Ron Paul e Lewis

Na virada do século, a economia política dos Estados Unidos era dominada por duas agregações financeiras geralmente conflitantes: o grupo Morgan anteriormente dominante, que começou com bancos de investimento e depois se expandiu para bancos comerciais, ferrovias, e fusões de empresas de manufatura; e as forças Rockefeller, que começaram no refino de petróleo e depois se transferiram para o atividade bancária comercial, finalmente formando uma aliança com a Kuhn, Loeb Company em bancos de investimento e os interesses Harriman em ferrovias.³

Lehrman (1982) e Gabriel Kolko (1983, pp. 139-139-139-94). 46).

³ De fato, grande parte da história política dos Estados Unidos desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial pode ser

Embora esses dois blocos financeiros geralmente entrassem em conflito um com o outro, eles estavam unidos quanto a necessidade de um banco central. Embora o eventual papel principal na formação e domínio do Federal Reserve System tenha sido assumido pelos Morgans, as forças de Rockefeller e Kuhn, Loeb estavam igualmente entusiasmadas em

interpretada pela proximidade de cada governo a um desses grupos financeiros às vezes cooperantes, mais frequentemente conflitantes: Cleveland (Morgan), McKinley (Rockefeller), Theodore Roosevelt (Morgan), Taft (Rockefeller), Wilson (Morgan), Harding (Rockefeller), Coolidge (Morgan), Hoover (Morgan) ou Franklin Roosevelt (Harriman-Kuhn, Loeb-Rockefeller).

promover e colaborar naquilo que todos consideravam uma reforma monetária essencial.

Os primórdios do movimento de "reforma": A Convenção Monetária de Indianápolis

A eleição presidencial de 1896 foi um grande referendo nacional sobre o padrão-ouro. O Partido Democrata havia sido capturado, em sua convenção de 1896, pelas forças anti-ouro populistas e ultrainflacionistas, lideradas por William Jennings Bryan. Os democratas mais velhos, que haviam se dedicado intensamente ao dinheiro sólido e ao padrão-ouro, ficaram em casa no dia da eleição ou votaram, pela primeira vez em suas vidas, nos odiados republicanos.

Os republicanos há muito eram o partido da proibição de bebidas alcoólicas e da inflação do *greenback* e da oposição ao ouro. Mas desde o início da década de 1890, as forças Rockefeller, dominantes em seu estado natal de Ohio e

nacionalmente no Partido Republicano, decidiram abandonar silenciosamente a proibição do álcool como um embaraço político e como um grave impedimento para obter votos do cada vez mais poderoso bloco de eleitores germano-americanos.

No verão de 1896, antecipando a derrota das forças do ouro na convenção democrata, os Morgans, anteriormente dominantes no partido democrata, abordaram as forças McKinley-Mark Hanna-Rockefeller por meio de seu jovem sátrapa em ascensão, o congressista Henry Cabot Lodge de Massachusetts. Lodge ofereceu às forças Rockefeller um acordo: os Morgans apoiariam McKinley para presidente e não ficariam em casa nem apoiariam um terceiro partido, o Partido Democrata pelo Ouro, desde que McKinley se compromettesse com um padrão-ouro. O acordo foi fechado, e muitos democratas que antes apoiavam o dinheiro sólido passaram para os republicanos.

A natureza do sistema político-partidário americano havia sido

drasticamente alterada: o que antes era uma luta acirrada entre democratas de dinheiro sólido, livre comércio e *laissez-faire*, por um lado, e republicanos inflacionistas, protecionistas e estatistas, por outro, com os democratas lenta mas seguramente ganhando ascendência no início da década de 1890, era agora um sistema partidário dominado pelos republicanos até a eleição da depressão de 1932.

Os Morgans se opunham fortemente ao bryanismo,¹ que não era apenas

¹ William Jennings Bryan concorreu à presidência três vezes como candidato do Partido Democrata – em 1896, 1900 e 1908 – e perdeu todas as três vezes. No entanto, graças as habilidades de Bryan como orador muitas de suas ideias se firmaram e ficaram conhecidas como bryanismo. Em 1896, Bryan conseguiu persuadir os democratas de que o papel-moeda não precisava ser lastreado pelo ouro e ele queria que os Estados Unidos usassem a prata para lastrear o dólar em um valor que

populista e inflacionista, mas também anti-Wall Street; os bryanistas, assim como os populistas dos dias atuais, preferiam o inflacionismo *greenback* do Congresso à variedade mais sutil e mais privilegiada, controlada pelos grandes bancos. Os Morgans, em contraste, favoreceram um padrão-ouro.

Mas, uma vez que o ouro foi garantido pela vitória de McKinley em 1896, eles queriam pressionar para usar o padrão-ouro como uma camuflagem de dinheiro sólido por trás da qual eles poderiam mudar o sistema para um sistema menos inflacionista do que o populismo, mas muito mais efetivamente controlado pela elite dos grandes banqueiros. No longo prazo, um padrão-ouro Morgan-Rockefeller

inflacionasse os preços que os agricultores recebiam por suas colheitas, aliviando sua dívida. Essa posição ficou conhecida como Movimento Prata Livre.

controlado era muito mais pernicioso para a causa do dinheiro sólido genuíno do que um cândido bryanismo de *greenback* ou prata livre.

Assim que McKinley foi eleito com segurança, as forças de Morgan-Rockefeller começaram a organizar um movimento de "reforma" para curar a "inelasticidade" da moeda no padrão ouro existente e avançar lentamente em direção ao estabelecimento de um banco central. Para fazer isso, eles decidiram usar as técnicas que haviam empregado com sucesso no estabelecimento de um movimento pró-padrão ouro durante 1895 e 1896.

O ponto crucial era evitar a desconfiança pública em relação a Wall Street e ao controle dos banqueiros adquirindo a pátina de um amplo movimento popular. O movimento, portanto, concentrou-se deliberadamente no Meio-Oeste, o coração dos Estados Unidos, e desenvolveu organizações que incluíam não apenas banqueiros, mas também empresários, economistas e outros acadêmicos, que forneceram respeitabilidade, poder de

persuasão e conhecimento técnico à causa da reforma.

Assim, o movimento de reforma começou logo após as eleições de 1896 no autêntico território do Meio-Oeste. Hugh Henry Hanna, presidente da Atlas Engine Works de Indianápolis, que havia aprendido táticas de organização durante o ano com a União pelo Dinheiro Sólido, que era pró-padrão ouro, enviou um memorando, em novembro, à Câmara de Comércio de Indianápolis, pedindo a um estado da base do movimento popular do Meio-Oeste como Indiana para assumir a liderança na reforma monetária.²

Em resposta, os reformadores agiram rapidamente. Atendendo ao chamado da Câmara de Comércio de Indianápolis, representantes das câmaras de comércio

² Para o memorando, ver James Livingston (1986, pp. 104-105).

de 12 cidades do Meio-Oeste se reuniram em Indianápolis em 1º de dezembro de 1896. A conferência convocou uma grande convenção monetária de empresários, que se reuniu em Indianápolis em 12 de janeiro de 1897. Representantes de 26 estados e do Distrito de Columbia estavam presentes. O movimento de reforma monetária estava agora oficialmente em andamento.

A influente *Yale Review* elogiou a convenção por evitar o perigo de despertar a hostilidade popular aos banqueiros. Ela reportou que "a conferência foi uma reunião de empresários em geral, em vez de banqueiros em particular" (citado em Livingston 1986, p. 105).

Os participantes da convenção podem ter sido homens de negócios, mas certamente não eram muito populares. Presidindo a Convenção Monetária de Indianápolis de 1897 estava C. Stuart Patterson, reitor da Faculdade de Direito da Universidade da Pensilvânia e membro do comitê financeiro da poderosa Pennsylvania Railroad, dominada por Morgan. No

dia seguinte à abertura da convenção, Hugh Hanna foi nomeado presidente de um comitê executivo, que ele nomearia. O comitê foi autorizado a agir pela convenção após o encerramento.

O comitê executivo era composto pelos seguintes líderes corporativos e financeiros influentes:

John J. Mitchell de Chicago, presidente do Illinois Trust and Savings Bank e diretor da Chicago and Alton Railroad; da Pittsburgh, Fort Wayne, and Chicago Railroad; e da Pullman Company, foi nomeado tesoureiro do comitê executivo.

H. H. Kohlsaas, editor e editor do *Chicago Times Herald* e do *Chicago Ocean Herald*, administrador do Chicago Art Institute, e amigo e conselheiro do principal homem de Rockefeller na política, o presidente William McKinley.

Charles Custis Harrison, reitor da Universidade da Pensilvânia, que fizera fortuna como refinador de açúcar em

parceria com os poderosos interesses de Havemeyer ("Sugar Trust").

Alexander E. Orr, um banqueiro da cidade de Nova York próximo de Morgan, que foi diretor das ferrovias Erie e Chicago, Rock Island e Pacific, do National Bank of Commerce e da influente editora Harper Brothers. Orr também foi sócio da maior empresa de comercialização de grãos do país e diretor de várias companhias de seguros de vida.

Edwin O. Stanard, comerciante de grãos de St. Louis, ex-governador do Missouri e ex-vice-presidente do Conselho Nacional de Comércio e Transporte.

E. B. Stahlman, proprietário da Nashville Banner, comissário da cartelista Southern Railway and Steamship Association e ex-vice-presidente da Louisville, New Albany, and Chicago Railroad.

A. E. Willson, influente advogado de Louisville e futuro governador de Kentucky.

Mas os dois membros mais interessantes e poderosos do comitê executivo da Convenção Monetária foram Henry C. Payne e George Foster Peabody. Henry Payne era um líder do partido republicano de Milwaukee e presidente da Wisconsin Telephone Company, dominada por Morgan, há muito associada à máquina Republicana Spooner-Sawyer orientada pelas ferrovias na política de Wisconsin. Payne também estava fortemente envolvido nos interesses bancários e de serviços públicos de Milwaukee, em particular como diretor de longa data da North American Company, uma grande empresa de serviços públicos liderada pelo financista da cidade de Nova York Charles W. Wetmore.

A North American Company estava tão próxima dos interesses de Morgan que seu conselho incluía dois dos principais financistas de Morgan. Um deles foi Edmund C. Converse, presidente do Liberty National Bank de Nova York, administrado por Morgan, e que em breve será o presidente fundador da Morgan's Bankers' Trust Company. O outro era Robert

Bacon, sócio da J. P. Morgan and Company, e um dos amigos mais próximos de Theodore Roosevelt, a quem Roosevelt mais tarde tornaria secretário de Estado adjunto.

Além disso, quando Theodore Roosevelt se tornou presidente como resultado do assassinato de William McKinley, ele substituiu o principal agente político de Rockefeller, Mark Hanna de Ohio, por Henry C. Payne como diretor geral dos Correios dos Estados Unidos. Payne, um importante representante de Morgan, teria sido nomeado para o que era então o principal posto político no Gabinete especificamente para quebrar o controle de Hanna sobre o Partido Republicano nacional. Parece claro que substituir Hanna por Payne foi parte do ataque selvagem que Theodore Roosevelt logo lançaria contra a Standard Oil como parte da guerra aberta prestes a eclodir entre os campos Rockefeller-Harriman-Kuhn, Loeb e Morgan (Burch 1981, página 189, nº 55).

Ainda mais poderoso no âmbito de Morgan foi o secretário do comitê

executivo da Convenção Monetária de Indianápolis, George Foster Peabody. Toda a família Peabody dos Brahmins de Boston há muito estava pessoalmente e financeiramente associada aos Morgans. Um membro do clã Peabody até serviu como padrinho no casamento de J. P. Morgan em 1865.

George Peabody havia estabelecido há muito tempo uma firma bancária internacional da qual o pai de J. P. Morgan, Junius, havia sido um dos sócios seniores. George Foster Peabody foi um eminente banqueiro de investimentos nova-iorquino com extensas participações no México. Ele ajudou a reorganizar a General Electric para os Morgans, e mais tarde lhe foi oferecido o cargo de secretário do Tesouro durante o governo Wilson. Ele funcionaria durante todo aquele governo como um "estadista sem pasta" (*ibid.*, pp. 231, 233; Ware 1951, pp. 161-167).

As massas poderiam ser iludidas e considerar a Convenção Monetária de Indianápolis como uma manifestação espontânea e popular de pequenos

empresários do Meio-Oeste. Para quem tinha um mínimo de conhecimento, qualquer organização com Henry Payne, Alexander Orr e especialmente George Foster Peabody significava apenas uma coisa: J. P. Morgan.

A Convenção Monetária de Indianápolis rapidamente resolveu instar o presidente McKinley a (1) continuar o padrão-ouro e (2) criar um novo sistema de crédito bancário "elástico". Para esse fim, a convenção instou o presidente a nomear uma nova Comissão Monetária para preparar a legislação para um novo sistema monetário revisado. McKinley foi muito favorável a proposta, sinalizando a concordância de Rockefeller, e em 24 de julho enviou uma mensagem ao Congresso pedindo a criação de uma comissão monetária especial. O projeto de lei para uma comissão monetária nacional foi aprovado na Câmara dos Representantes, mas morreu no Senado (Kolko 1983, pp. 147-148).

Desapontado, mas intrépido, o comitê executivo, não conseguindo obter uma comissão nomeada pelo presidente,

decidiu em agosto de 1897 seguir em frente e escolher a sua própria. O papel principal na nomeação desta comissão foi desempenhado por George Foster Peabody, que serviu de ligação entre os membros de Indianápolis e a comunidade financeira de Nova York. Para selecionar os membros da comissão, Peabody conseguiu que o comitê executivo se reunisse na casa de verão de Saratoga Springs de seu sócio de banco de investimento, Spencer Trask. Em setembro, o comitê executivo havia selecionado os membros da Comissão Monetária de Indianápolis.

Os membros da nova Comissão Monetária de Indianápolis foram os seguintes (Livingston 1986, pp. 106-07):

- O presidente era o ex-senador George F. Edmunds, republicano de Vermont, advogado e ex-diretor de várias ferrovias.
- C. Stuart Patterson era reitor da Faculdade de Direito da Universidade da Pensilvânia e um alto funcionário da Pennsylvania Railroad, controlada por Morgan.

- Charles S. Fairchild, um importante banqueiro de Nova York, presidente da New York Security and Trust Company, foi um ex-sócio do banco de investimento da Boston Brahmin Lee, Higginson and Company, e executivo e diretor de duas grandes ferrovias. Fairchild, um líder na política do estado de Nova York, havia sido secretário do Tesouro no primeiro governo de Cleveland. Além disso, o pai de Fairchild, Sidney T. Fairchild, foi um dos principais advogados da New York Central Railroad, controlada por Morgan.
- Stuyvesant Fish, descendente de duas famílias aristocráticas de Nova York de longa data, era sócio do banco de investimentos Morton, Bliss and Company, dominado por Morgan, e então presidente da Illinois Central Railroad e administrador da Mutual Life. O pai de Fish tinha sido senador, governador e secretário de Estado.

- Louis A. Garnett foi um importante empresário de São Francisco.
- Thomas G. Bush, do Alabama, foi diretor da Mobile and Birmingham Railroad.
- J. W. Fries era um dos principais fabricantes de algodão da Carolina do Norte.
- William B. Dean, comerciante de St. Paul, Minnesota, e diretor da Great Northern Railroad transcontinental baseada em St. Paul, de propriedade de James J. Hill, aliado de Morgan na luta titânica pela Northern Pacific Railroad com Harriman, Rockefeller e Kuhn, Loeb.
- George Leighton, de St. Louis, era advogado da Missouri Pacific Railroad.
- Robert S. Taylor era um advogado de patentes de Indiana para a General Electric Company, controlada por Morgan.
- O membro mais importante da comissão foi James Laurence Laughlin, professor-chefe de

economia política na nova Universidade de Chicago, fundada por Rockefeller, e editor de seu prestigioso *Journal of Political Economy*. Foi Laughlin quem supervisionou as operações do pessoal da Comissão e a redação dos relatórios. De fato, os dois funcionários assistentes da Comissão que escreveram relatórios eram ambos alunos de Laughlin em Chicago: o ex-aluno L. Carroll Root e seu então aluno de pós-graduação Henry Parker Willis.

A impressionante soma de US\$50.000 foi arrecadada em toda a comunidade bancária e corporativa do país para financiar o trabalho da Comissão Monetária de Indianápolis. A grande cota da cidade de Nova York foi angariada pelos banqueiros do Morgan Peabody e Orr, e vultuosas contribuições para completar a cota vieram prontamente do magnata da mineração William E. Dodge, do comerciante de algodão e café Henry Hentz, diretor do Mechanics National Bank, e do próprio J. P. Morgan.

Com o dinheiro em mãos, o comitê executivo alugou um escritório em Washington, DC, em meados de setembro e colocou a equipe para enviar e reunir as respostas a um questionário monetário detalhado, enviado a várias centenas de especialistas selecionados. A Comissão Monetária se reuniu do final de setembro a dezembro de 1897, analisando as respostas ao questionário coletadas por Root e Willis. O objetivo do questionário era mobilizar uma ampla base de apoio para as recomendações da Comissão, que poderiam representar centenas de opiniões de especialistas.

Em segundo lugar, o questionário serviu como um importante instrumento de relações públicas, tornando a Comissão e seu trabalho altamente visíveis para o público, para a comunidade empresarial em todo o país e para os membros do Congresso. Além disso, por meio desse dispositivo, a Comissão poderia ser vista como falando em nome da comunidade empresarial em todo o país.

Para tanto, a ideia original era publicar o relatório preliminar da Comissão Monetária, adotado em meados de dezembro, bem como as respostas ao questionário em um volume complementar. Os planos para o volume do questionário fracassaram, embora mais tarde tenha sido publicado como parte de uma série de publicações sobre economia política e direito público pela Universidade da Pensilvânia (Livingston 1986, pp. 107-108).

Sem se intimidar com o pequeno contratempo, o comitê executivo desenvolveu novos métodos de moldar a opinião pública usando as respostas ao questionário como ferramenta de organização. Em novembro, Hugh Hanna contratou como seu assistente em Washington o jornalista financeiro Charles A. Conant, cuja tarefa era divulgar e organizar a opinião pública para as recomendações da Comissão.

A campanha para promover o próximo relatório da Comissão foi lançada quando Conant publicou um artigo na edição de 1º de dezembro da revista *Sound*

Currency, adotando uma linha avançada sobre o relatório da Comissão e reforçando as conclusões não apenas com seu próprio conhecimento de questões monetárias e histórico do sistema bancário, mas também com declarações frequentes das respostas ainda não publicadas ao questionário da equipe.

Nos meses seguintes, Conant trabalhou em estreita colaboração com Jules Guthridge, o secretário-geral da Comissão; eles primeiro induziram os jornais de todo o país a publicar resumos das respostas ao questionário. Como Guthridge escreveu a alguns membros da Comissão, ele estimulou a "curiosidade do público" sobre o próximo relatório, e ele se gabou de que através de "manipulação cuidadosa" ele foi capaz de obter o relatório preliminar "publicado no todo ou em parte – principalmente em parte – em quase 7.500 jornais, grandes e pequenos."

Enquanto isso, Guthridge e Conant orquestraram cartas de apoio de homens proeminentes de todo o país. Quando o relatório preliminar foi

publicado em 3 de janeiro de 1898, Guthridge e Conant disponibilizaram essas cartas aos jornais. Rapidamente, os dois construíram um sistema de distribuição para espalhar o evangelho do relatório, organizando cerca de 100.000 correspondentes "dedicados à promulgação do plano da comissão para a reforma bancária e monetária" (Livingston 1986, pp. 109-10).

A ênfase principal e imediata do relatório preliminar da Comissão Monetária era completar a promessa da vitória de McKinley codificando e promulgando o que já estava em vigor de fato: um único padrão-ouro, com a prata reduzida ao status de moeda simbólica subsidiária. Completar a vitória sobre o bryanismo e a prata livre, no entanto, foi apenas uma operação de limpeza; mais importante no longo prazo foi o apelo feito pelo relatório para que a reforma bancária permitisse maior elasticidade.

O crédito bancário poderia então ser aumentado em recessões e sempre que a pressão sazonal de resgate pelos

bancos country³ agrícolas forçasse os grandes bancos centrais de reservas a contrair seus empréstimos. As medidas efetivamente solicitadas pela Comissão foram de importância marginal. Mais importante foi que a questão da reforma do sistema bancário havia surgido.

Uma vez que o público havia sido despertado pelo relatório preliminar, o

³ [Nota do tradutor] *Country bank* é um banco nacional que não está em uma cidade de reserva. No sistema bancário nacional dos Estados Unidos, qualquer uma das cidades em que os bancos nacionais são obrigados (U.S. Rev. Stat. sec. 5191) a manter uma reserva maior (25%) do que o mínimo (15%) exigido de todos os outros bancos. Os bancos em algumas das cidades de reserva (especificamente chamadas de cidades de reserva central) são obrigados a manter sua reserva em dinheiro; bancos em outras cidades de reserva podem manter metade de sua reserva como depósitos nesses bancos.

comitê executivo decidiu organizar a segunda e última reunião da Convenção Monetária de Indianápolis, que se reuniu devidamente em Indianápolis em 25 de janeiro de 1898. A segunda convenção foi muito mais grandiosa do que a primeira, reunindo 496 representantes de 31 estados.

Além disso, o encontro foi uma amostragem dos principais líderes corporativos dos Estados Unidos. Enquanto o estado de Indiana naturalmente tinha a maior delegação, de 85 representantes de juntas comerciais e câmaras de comércio, Nova York enviou 74, incluindo muitos da Junta de Comércio e Transporte da cidade, Associação de Comerciantes e Câmara de Comércio.

Líderes corporativos como o fabricante de ferro de Cleveland Alfred A. Pope, presidente da National Malleable Castings Company, compareceram; assim como Virgil P. Cline, consultor jurídico da Rockefeller's Standard Oil Company de Ohio; e C. A. Pillsbury, de Minneapolis-St. Paul, organizador dos maiores moinhos de

farinha do mundo. De Chicago vieram notáveis empresários como Marshall Field e Albert A. Sprague, um diretor da Chicago Telephone Company, subsidiária do monopólio telefônico controlado por Morgan, a American Telephone and Telegraph Company.

Não devemos esquecer do representante Franklin MacVeagh, um mercador atacadista de Chicago, um tio de um sócio sênior do escritório de advocacia Bangs, Stetson, Tracy e MacVeagh de Wall Street, advogado da J. P. Morgan and Company. MacVeagh, que mais tarde se tornaria secretário do Tesouro no governo Taft, estava totalmente no âmbito de Morgan. Seu sogro, Henry F. Eames, foi o fundador do Commercial National Bank of Chicago, e seu irmão Wayne logo se tornaria um administrador da Mutual Life Insurance Company, dominada por Morgan.

O objetivo da segunda convenção, como o ex-secretário do Tesouro Charles S. Fairchild explicou com franqueza em seu discurso na reunião, foi mobilizar os

principais empresários do país em um poderoso e influente movimento de reforma. Como ele disse, "se os homens de negócios derem séria atenção e estudo a esses assuntos, eles concordarão substancialmente com a legislação e, assim, concordando, sua influência prevalecerá". Ele concluiu que "Meu conselho para você é, trabalhem todos em conjunto".

O presidente da convenção, o governador de Iowa, Leslie M. Shaw, foi, no entanto, um pouco falso quando disse à reunião: "Você representa hoje não os bancos, pois há poucos banqueiros neste recinto. Você representa as indústrias de negócios e os interesses financeiros do país". Também havia muitos banqueiros lá (Livingston 1986, pp. 113-15).

O próprio Shaw, que mais tarde seria secretário do Tesouro de Theodore Roosevelt, era um banqueiro de uma pequena cidade em Iowa e presidente do Bank of Denison durante todo o seu mandato como governador. Mais importante na perspectiva e na carreira de Shaw foi o fato de que ele era um amigo íntimo de

longa data e leal defensor da Des Moines Regency, a máquina republicana de Iowa liderada pelo poderoso senador William Boyd Allison.

Allison, que deveria obter o posto no Tesouro para seu amigo, por sua vez estava intimamente ligado a Charles E. Perkins, um aliado próximo de Morgan, presidente da Chicago, Burlington and Quincy Railroad, e parente do poderoso grupo financeiro Forbes de Boston, há muito ligado aos interesses de Morgan (Rothbard 1984, pp. 95-96).

Também serviram como representantes à segunda convenção vários economistas eminentes, cada um dos quais, no entanto, não compareceram como observadores acadêmicos, mas como representantes de elementos da comunidade empresarial. O professor Jeremiah W. Jenks, de Cornell, proponente da cartelização de trustes pelo governo e que logo se tornaria amigo e conselheiro de Theodore Roosevelt como governador, veio como representante da Associação Empresarial de Ithaca.

Frank W. Taussig, da Universidade de Harvard, representou a Associação de Comerciantes de Cambridge. Arthur Twining Hadley, de Yale, que logo seria o presidente de Yale, representou a Câmara de Comércio de New Haven, e Frank M. Taylor, da Universidade de Michigan, veio como representante da Associação Empresarial de Ann Arbor.

Cada um desses homens ocupou cargos poderosos na organizada profissão de economia, Jenks, Taussig e Taylor servindo no comitê de moeda da Associação Econômica Americana. Hadley, um importante economista ferroviário, também atuou no conselho de administração da New York, New Haven, and Hartford Railroad Company de Morgan; e da Atchison, Topeka, and Santa Fe Railroads.⁴

⁴ Sobre Hadley, Jenks e especialmente Conant, ver Carl P. Parrini e Martin J. Sklar

Tanto Taussig quanto Taylor eram teóricos monetários que, embora comprometidos com um padrão-ouro, defendiam uma reforma que tornaria a oferta monetária mais elástica. Taussig pediu uma expansão das notas bancárias nacionais, que inflariam em resposta às "necessidades dos negócios". Como Taussig (citado em Dorfman 1949, p. xxxvii; Parrini e Sklar 1983, p. 269) colocou, a moeda então "cresceria sem obstáculos à medida que as necessidades da comunidade espontaneamente pedissem aumento".

Taylor também, como um historiador coloca, queria que o padrão-ouro fosse

(1983, pp. 559-78). Os autores apontam que as principais obras de Conant e Hadley de 1896 foram ambas publicadas por G. P. Putnam's Sons of New York. O presidente de Putnam foi George Haven Putnam, líder do novo movimento de reforma bancária (ibid., p. 561, n 2).

modificado por "um controle consciente do movimento da moeda" pelo governo "para manter a estabilidade do sistema de crédito". Taylor justificou as suspensões governamentais do pagamento em espécie para "proteger a reserva de ouro" (Dorfman 1949, pp. 392-393).

Em 26 de janeiro, os representantes da convenção endossaram praticamente por unanimidade o relatório preliminar, após o qual o professor J. Laurence Laughlin ficou encarregado de redigir um relatório final mais elaborado, que foi publicado e distribuído alguns meses depois. O relatório final de Laughlin – e da convenção – não apenas foi favorável a uma base de ativos ampliada para uma quantidade muito maior de notas de bancos nacionais, mas também pediu explicitamente por um banco central que gozaria

do monopólio da emissão de notas de banco.⁵

Enquanto isso, os representantes da convenção levaram o evangelho da reforma bancária a todas as comunidades corporativas e financeiras. Em abril de 1898, por exemplo, A. Barton Hepburn, presidente do Chase National Bank of New York (na época um banco comercial emblemático dos interesses de Morgan), e um homem que desempenharia um papel importante na iniciativa de estabelecer um

⁵ O relatório final, incluindo suas recomendações para um banco central, foi saudado por F. M. Taylor, em seu "The Final Report of the Indianapolis Monetary Commission", *Journal of Political Economy* 6 (junho de 1898): 293-322. Taylor também exultou que a convenção tinha sido "um dos movimentos mais notáveis do nosso tempo – o primeiro movimento completamente organizado das classes empresariais em todo o país direcionado para a realização de uma mudança radical na legislação nacional" (ibid., p. 322).

banco central, convidou o comissário monetário Robert S. Taylor para se dirigir à Associação de Banqueiros do Estado de Nova York sobre a questão da moeda, já que “banqueiros, como outras pessoas, precisam de instruções sobre isso.” Todos os comissários monetários, especialmente Taylor, foram ativos durante a primeira metade de 1898 em exortar grupos de empresários em todo o país a apoiar a reforma monetária.

Enquanto isso, em Washington, a equipe de lobby de Hanna e Conant estava extremamente ativa. Um projeto de lei que incorpora as sugestões da Comissão Monetária foi apresentado pelo congressista de Indiana Jesse Overstreet em janeiro e foi divulgado pelo Comitê Bancário e Monetário da Câmara em maio. Enquanto isso, Conant se reunia quase continuamente com os membros do comitê bancário. Em cada etapa do processo legislativo, Hanna enviou cartas circulares aos representantes da convenção e ao público, pedindo uma campanha de cartas em apoio ao projeto.

Em meio a esta agitação, o secretário do Tesouro de McKinley, Lyman J. Gage, trabalhou em estreita colaboração com Hanna e sua equipe. Gage patrocinou projetos semelhantes, e vários projetos na mesma linha foram apresentados na Câmara em 1898 e 1899. Gage, um amigo de vários dos comissários monetários, foi um dos principais líderes dos interesses Rockefeller no campo bancário. Sua nomeação como secretário do Tesouro foi conquistada por Mark Hanna, de Ohio, mentor político e financiador do presidente McKinley, e velho amigo, colega de escola e sócio do Sr. John D. Rockefeller.

Antes de sua nomeação para o Gabinete, Gage foi presidente do poderoso First National Bank of Chicago, um dos maiores bancos comerciais no âmbito Rockefeller. Durante seu mandato, Gage tentou operar o Tesouro como um banco central, injetando dinheiro durante as recessões comprando títulos do governo no mercado aberto e depositando grandes fundos em seus bancos comerciais favoritos. Em 1900, Gage clamou em vão pelo

estabelecimento de bancos centrais regionais.

Finalmente, em seu último relatório anual como secretário do Tesouro em 1901, Lyman Gage revelou completamente o segredo, pedindo diretamente por um banco central do governo. Sem tal banco central, declarou ele alarmado, "bancos individuais ficam isolados e separados, unidades separadas, sem nenhum vínculo de reciprocidade entre eles". A menos que um banco central estabeleça tais laços, advertiu Gage, o Pânico de 1893 se repetiria (Livingston 1986, p. 153). Quando deixou o cargo no início do ano seguinte, Lyman Gage assumiu o cargo de presidente da US Trust Company, controlada por Rockefeller, na cidade de Nova York (Rothbard 1984, pp. 94-95).

A Lei do Padrão Ouro de 1900 e depois

Qualquer legislação de reforma teve que esperar até depois das eleições de 1898, pois as forças do ouro ainda não estavam no controle do Congresso. No outono, o comitê executivo da Convenção Monetária de Indianápolis mobilizou suas forças, convocando nada menos que 97.000 correspondentes em todo o país, por meio dos quais havia distribuído o relatório preliminar. O comitê executivo instou seu eleitorado a eleger um Congresso de padrão-ouro; quando as forças do ouro derrotaram as da prata em novembro, os resultados da eleição foram saudados por Hanna como eminentemente satisfatórios.

O cenário estava então montado para que o governo McKinley apresentasse seu projeto de lei, e o Congresso que se reuniu em dezembro de 1899 rapidamente aprovou a medida; o Congresso

então aprovou o relatório da conferência da Lei do Padrão Ouro em março de 1900.

Os reformadores da moeda tinham conseguido o que queriam. É bem sabido que a Lei do Padrão Ouro previa um único padrão-ouro, sem retenção de dinheiro de prata, exceto como tokens. Menos conhecidas são as cláusulas que iniciaram a marcha em direção a uma moeda mais "elástica". Como Lyman Gage havia sugerido em 1897, os bancos nacionais, antes confinados às grandes cidades, tornaram-se agora possíveis com uma pequena quantidade de capital em pequenas cidades e áreas rurais.

E ficou muito mais fácil para os bancos nacionais emitir notas. O objetivo dessas cláusulas, como disse um historiador, era satisfazer uma "maior demanda por moeda na época da colheita e atender aos clamores populares por 'mais dinheiro', incentivando a organização de bancos nacionais em regiões comparativamente subdesenvolvidas" (Livingston 1986, p. 123).

Os reformadores exultaram com a aprovação da Lei do Padrão Ouro, mas assumiram a linha de que este era apenas o primeiro passo no caminho tão necessário para a reforma fundamental do sistema bancário. Assim, o professor Frank W. Taussig, de Harvard, elogiou a lei e saudou o surgimento de um novo alinhamento social e ideológico, causado pela "forte pressão do empresariado" por meio da Convenção Monetária de Indianápolis. Ele saudou particularmente o fato de que a Lei do Padrão Ouro "trata os bancos nacionais não como corporações gananciosas e perigosas, mas como instituições úteis que merecem o cuidado do legislativo".

Mas esse cuidado legislativo tão terno não foi suficiente; era necessária uma reforma bancária fundamental. Pois, declarou Taussig, "as mudanças na legislação bancária não são de molde a possibilitar uma expansão considerável do sistema nacional ou a permitir que ele preste à comunidade o serviço completo de que é capaz". Em suma, as mudanças

permitiam uma expansão cada vez maior do crédito bancário e da oferta de moeda. Portanto, Taussig (1990, p. 415) concluiu: "É quase certo que eventualmente o Congresso terá que considerar mais uma vez a remodelação do sistema bancário nacional".

Na verdade, a Lei do Padrão Ouro de 1900 foi apenas o primeiro passo do movimento de reforma bancária. Três amigos e jornalistas financeiros, dois de Chicago, desempenhariam um grande papel no desenvolvimento desse movimento. Charles A. Conant, nascido em Massachusetts (1861–1915), um importante historiador do setor bancário, escreveu *A History of Modern Banks of Issue* em 1896, quando ainda era correspondente em Washington do *New York Journal of Commerce* e editor da revista *Bankers*. Após seu período de trabalho de relações públicas e lobby para a Convenção de Indianápolis, Conant mudou-se para Nova York em 1902 para se tornar tesoureiro da Morton Trust Company, orientada por Morgan.

Os dois residentes de Chicago, ambos amigos de Lyman Gage, estavam, junto com Gage, no âmbito Rockefeller: Frank A. Vanderlip foi escolhido por Gage como seu secretário assistente do tesouro, e quando Gage deixou o cargo, Vanderlip veio para Nova York como alto executivo do principal banco comercial dos interesses Rockefeller, o National City Bank of New York.

Enquanto isso, o amigo íntimo de Vanderlip e ex-mentor no *Chicago Tribune*, Joseph French Johnson, também se mudou para o leste para se tornar professor de finanças na Wharton School da Universidade da Pensilvânia. Mas assim que a Lei do Padrão Ouro foi aprovada, Joseph Johnson soou as trombetas pedindo uma reforma mais fundamental.

O professor Johnson afirmou categoricamente que o sistema de notas bancárias existente era fraco por não "responder às necessidades do mercado monetário", ou seja, não fornecer uma quantidade suficiente de dinheiro. Como o sistema bancário nacional era incapaz de

suprir essas necessidades, opinou Johnson, não havia razão para continuar. Johnson deplorou o sistema bancário dos EUA como o pior do mundo e apontou para o glorioso sistema bancário central existente na Grã-Bretanha e na França.¹

Mas um sistema bancário centralizado ainda não existia nos Estados Unidos: "Nos Estados Unidos, no entanto, não há uma única instituição comercial, nem grupo de grandes instituições, em que o interesse próprio, a responsabilidade e o poder naturalmente se unam e conspiram para a proteção do sistema monetário contra distorções e tensões."

¹ Joseph French Johnson (1900, pp. 482-507). Johnson, no entanto, deplorou o único senão do Banco da Inglaterra – o remanescente do Peel's Act de 1844, que impunha restrições à quantidade de emissão de notas bancárias (ibid., p. 496).

Em suma, havia muita liberdade e descentralização no sistema. Em consequência, nosso sistema de crédito de depósito maciço "treme sempre que as fundações são perturbadas", ou seja, sempre que as galinhas da expansão inflacionária do crédito voltam para se empoleirar nas demandas por moeda ou ouro. O resultado da inelasticidade da moeda e da impossibilidade de cooperação interbancária, opinou Johnson, era que corríamos o risco de perder ouro no exterior exatamente no momento em que o ouro era necessário para sustentar a confiança no sistema bancário do país (Johnson 1900, pp. 497f).

Depois de 1900, a comunidade bancária estava dividida na questão da reforma, com os banqueiros pequenos e rurais preferindo o status quo. Mas os grandes banqueiros eram liderados por A. Barton Hepburn, do Chase National Bank de Morgan, que elaborou um projeto de lei como chefe de uma comissão da Associação Americana de Banqueiros e o apresentou no final de 1901 ao representante

Charles N. Fowler, de Nova Jersey, presidente do Comitê Bancário e Monetário da Câmara, que apresentou um dos projetos de lei que levaram a Lei do Padrão Ouro. A proposta de Hepburn foi analisada e devolvida ao comitê em abril de 1902 como projeto de lei Fowler (Kolko 1983, pp. 149-150).

O projeto de lei Fowler continha três cláusulas básicas. A primeira permitiu uma maior expansão das notas bancárias nacionais com base em ativos mais amplos do que os títulos do governo.

A segunda, uma das favoritas dos grandes bancos, era permitir que os bancos nacionais estabelecessem filiais no país e no exterior, um passo ilegal sob o sistema existente devido à forte oposição dos pequenos banqueiros country. Enquanto as agências bancárias estão em consonância com um mercado livre e fornecem um sistema sólido e eficiente para pedir amortização a outros bancos, os grandes bancos tinham pouco interesse em agências bancárias a menos que

acompanhadas de centralização do sistema bancário.

Terceira, o projeto de lei Fowler propôs a criação de um conselho de controle de três membros dentro do Departamento do Tesouro para supervisionar a criação das novas notas bancárias e estabelecer associações de câmaras sob sua égide. Essa provisão foi projetada para ser o primeiro passo para o estabelecimento de um banco central completo (Livingston 1986, pp. 150-154).

Embora não pudessem controlar a Associação Americana de Banqueiros, a multidão de banqueiros do país, em guerra contra a proposta de competição dos grandes bancos na forma de agências bancárias, pressionou ferozmente o Congresso e conseguiu matar o projeto de lei Fowler na Câmara durante 1902, apesar da agitação do comitê executivo e funcionários da Convenção Monetária de Indianápolis.

Com a derrota da Lei Fowler, os grandes banqueiros decidiram se

contentar com metas mais modestas por enquanto. O senador Nelson W. Aldrich, de Rhode Island, perene líder republicano do Senado dos EUA e homem de Rockefeller no Congresso,² apresentou o projeto de lei Aldrich no ano seguinte, que permitiria que os grandes bancos nacionais de Nova York emitissem "moeda de emergência" com base em títulos municipais e ferroviários. Mas mesmo este projeto de lei foi derrotado.

Enfrentando contratempos no Congresso, os grandes banqueiros decidiram se reagrupar e recorrer

² Nelson W. Aldrich, que entrou no Senado como um merceeiro moderadamente rico e saiu anos depois multimilionário, era o sogro de John D. Rockefeller Jr. Seu neto e homônimo, Nelson Aldrich Rockefeller, mais tarde se tornou vice-presidente da Estados Unidos, e chefe da ala "corporativista progressista" do Partido Republicano.

temporariamente ao Executivo. Prenunciando uma colaboração posterior e mais elaborada, dois representantes poderosos dos interesses bancários de Morgan e Rockefeller se reuniram com o Controlador da Moeda William B. Ridgely em janeiro de 1903, para tentar convencê-lo, por decreto administrativo, a restringir o volume de empréstimos feitos pelos bancos do país no mercado monetário de Nova York.

Os dois homens de Morgan na reunião eram o próprio J. P. Morgan e George F. Baker, o amigo mais próximo de Morgan e associado no negócio bancário.³ Os

³ Baker foi presidente do First National Bank of New York, dominado por Morgan, e atuou como diretor de praticamente todas as empresas importantes administradas por Morgan, incluindo: Chase National Bank, Guaranty Trust Company, Morton Trust Company, Mutual Life Insurance Company, AT&T, Consolidated Gas Company of New York, Erie Railroad, New York Central Railroad, Pullman

dois homens de Rockefeller eram Frank Vanderlip e James Stillman, presidente de longa data do conselho do National City Bank.⁴ A estreita aliança Rockefeller-Stillman foi cimentada pelo casamento das duas filhas de Stillman com os dois filhos de William Rockefeller, irmão do Sr. John D. Rockefeller e membro de longa data do conselho do National City Bank (Burch 1981, pp. 134-35).

A reunião com o controlador não deu frutos, mas a liderança foi tomada pelo próprio secretário do tesouro, Leslie Shaw, ex-presidente da segunda Convenção Monetária de Indianápolis, a quem o presidente Roosevelt nomeou para substituir Lyman Gage. A troca inesperada e repentina de McKinley por Roosevelt na presidência significou mais do que apenas

Company e United States Steel. Ver Burch (1981, pp. 190, 229).

⁴ Sobre a reunião, ver Livingston (1986, p. 155).

uma rotatividade de pessoal; significou uma mudança fundamental de um governo dominado por Rockefeller para um governo dominado por Morgan. A troca de Gage por Shaw foi uma das muitas mudanças de Rockefeller para Morgan.

Em questões monetárias e bancárias, no entanto, os campos Rockefeller e Morgan eram um só. O secretário Shaw tentou dar continuidade e expandir os experimentos de Gage na tentativa de fazer o Tesouro funcionar como um banco central, particularmente fazendo compras no mercado aberto em recessões e usando depósitos do Tesouro para fortalecer os bancos e expandir a oferta de moeda.

Shaw violou a instituição estatutária do Tesouro independente, que tentou confinar as receitas e despesas do governo em seus próprios cofres. Em vez disso, ele expandiu a prática de depositar fundos do Tesouro em grandes bancos nacionais favorecidos. De fato, até os reformadores bancários denunciaram o depósito de fundos do Tesouro em bancos favorecidos como uma redução artificial das taxas de

juros e uma expansão artificial do crédito. Além disso, qualquer déficit do governo obviamente jogaria um sistema dependente de um fluxo de novas receitas governamentais no caos.

Em suma, os reformadores concordaram cada vez mais com o veredicto do economista Alexander Purves, de que "a incerteza quanto ao poder do secretário de controlar os bancos por decisões e ordens arbitrárias, e o fato de que em algum momento futuro o país pode ser infeliz na escolha de seu principal funcionário do Tesouro [tem] ... levado muitos a duvidar da sabedoria" de usar o Tesouro como uma forma de banco central (Livingston 1986, 156; Burch 1981, pp. 161-162).

Em seu último relatório anual de 1906, o secretário Shaw pediu que lhe fosse dado poder total para regular todos os bancos do país. Mas o jogo tinha acabado, e então ficou claro para os reformadores que as manipulações do protobanco central de Shaw e Gage haviam fracassado. Era hora de empreender uma luta por uma reforma legislativa

fundamental do sistema bancário americano, para colocá-lo sob o controle do banco central.⁵

⁵ Sobre as manipulações de Gage e Shaw, ver Rothbard (1984, pp. 94-96) e Friedman e Schwartz (1963, pp. 148-156).

Charles A. Conant: Capital Excedente e Imperialismo Econômico

Os anos pouco antes e depois de 1900 provaram ser o início do esforço para o estabelecimento de um sistema de Reserva Federal. Foram também a origem do padrão divisas-ouro, o sistema fatídico imposto ao mundo pelos britânicos na década de 1920 e pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial em Bretton Woods. Ainda mais do que o caso de um padrão ouro com um banco central, o padrão divisas-ouro estabelece um sistema, em nome do ouro, que na realidade consegue implantar papel-moeda coordenado, internacional e inflacionário.

A ideia era substituir um padrão-ouro genuíno, em que cada país (ou, internamente, cada banco) mantém suas reservas em ouro, por um pseudo-padrão-ouro em que o banco central do país cliente mantém suas reservas em alguma

moeda base ou estratégica, digamos, libras ou dólares. Assim, durante a década de 1920, a maioria dos países mantinham suas reservas em libras, e supostamente apenas a Grã-Bretanha converteria libras em ouro.

Isso significava que esses outros países estavam realmente em um padrão libra em vez de um padrão-ouro, embora pudessem, pelo menos temporariamente, adquirir o prestígio do ouro. Significava também que, quando a Grã-Bretanha inflasse a libra, não havia perigo de perder ouro para esses outros países, que, muito pelo contrário, ficaram satisfeitos em inflar suas próprias moedas, além de seus saldos crescentes em libras esterlinas.

Assim, gerou-se um sistema inflacionário instável – tudo em nome do ouro – no qual os estados clientes piramidavam sua própria inflação sobre a da Grã-Bretanha. O sistema acabou fadado ao colapso, assim como o padrão divisas-ouro na Grande Depressão e em Bretton Woods no final da década de 1960. Além disso, os laços estreitos baseados em libras e

depois em dólares significavam que o país-base ou estratégico era capaz de exercer uma forma de imperialismo econômico, integrado por seu papel comum e inflação do pseudo-ouro, sobre os estados clientes usando a moeda-estratégica.

No final da década de 1890, grupos de teóricos nos Estados Unidos estavam trabalhando no que mais tarde seria chamado de teoria "leninista" do imperialismo capitalista. A teoria foi originada, não por Lenin, mas por defensores do imperialismo, centrando-se em torno de amigos orientados por Morgan e cérebros de confiança de Theodore Roosevelt como Henry Adams, Brooks Adams, almirante Alfred T. Mahan e o senador de Massachusetts Henry Cabot Lodge.

A ideia era que o capitalismo nos países desenvolvidos estava "superproduzindo", não apenas no sentido de que mais poder de compra era necessário em recessões, mas mais em um sentido mais profundo de que a taxa de lucro estava, portanto, inevitavelmente caindo. A taxa de lucro cada vez mais baixa do "capital

excedente" corria o risco de paralisar o capitalismo, a menos que a salvação emergisse sob a forma de mercados estrangeiros e especialmente investimentos estrangeiros.

Mercados estrangeiros novos e expandidos aumentariam os lucros, pelo menos temporariamente, enquanto os investimentos em países subdesenvolvidos certamente trariam uma alta taxa de lucro. Portanto, para salvar o capitalismo avançado, era necessário que os governos ocidentais se envolvessem em empreendimentos imperialistas ou neoimperialistas, que forçariam outros países a abrir seus mercados para produtos americanos e forçariam a abertura de oportunidades de investimento no exterior.

Dada essa doutrina – baseada na visão falaciosa ricardiana de que a taxa de lucro é determinada pelo estoque de investimento de capital, e não pelas preferências temporais de todos na sociedade – havia pouco que Lenin mudaria, exceto dar uma condenação moral implícita em vez de aprovação e enfatizar a natureza

necessariamente temporária da trégua que o imperialismo poderia fornecer aos capitalistas.¹

Charles Conant apresentou a teoria do capital excedente em seu *A History of Modern Banks of Issue* (1896) e a desenvolveu em ensaios subsequentes. A existência de capital fixo e tecnologia moderna, afirmava Conant, invalidava a Lei de Say e o conceito de equilíbrio, e levava a "poupanças excessivas" crônicas, que

¹ De fato, a adoção dessa teoria da suposta necessidade do imperialismo nos "últimos estágios" do capitalismo passou de pró-imperialistas como o investidor norte-americano Charles A. Conant e Brooks Adams em 1898-1899 ao marxista H. Gaylord Wilshire em 1900-1901, e por sua vez ao anti-imperialista progressista de esquerda inglês John A. Hobson, que por sua vez influenciou Lenin. Ver em particular Norman Etherington (1984; 1982, pp. 1-36).

ele definiu como poupanças que excedem as saídas de investimento lucrativas, no mundo capitalista ocidental desenvolvido.

Os ciclos econômicos, afirmou Conant, eram inerentes à atividade não regulamentada do capitalismo industrial moderno. Daí a importância dos monopólios e cartéis incentivados pelo governo para estabilizar os mercados e os ciclos econômicos e, em particular, a necessidade do imperialismo econômico para forçar a abertura de saídas lucrativas no exterior para o capital excedente americano e de outros países ocidentais.

A ousada aventura dos Estados Unidos em uma guerra imperialista contra a Espanha em 1898 galvanizou as energias de Conant e outros teóricos do imperialismo. Conant respondeu com seu apelo ao imperialismo em "A base econômica do imperialismo" na *North American Review* de setembro de 1898, e em outros ensaios reunidos em *The United States in the Orient: The Nature of the Economic Problem* e publicados em 1900.

S. J. Chapman (1901, p. 78), um eminente economista britânico, resumiu com precisão o argumento de Conant da seguinte forma: (1) "Em todos os países avançados houve uma poupança tão excessiva que não resta investimento lucrativo para o capital". (2) Uma vez que todos os países não praticam uma política de liberdade comercial, "os Estados Unidos devem estar preparados para usar a força se necessário" para abrir saídas lucrativas de investimento no exterior, e (3) os Estados Unidos possuem uma vantagem no conflito vindouro, uma vez que a organização de muitas de suas indústrias "na forma de trustes o ajudará muito na luta pela supremacia comercial".²

Vencida a guerra com sucesso, Conant estava particularmente

² Ver também Etherington (1984, p. 24).

entusiasmado com o fato de os Estados Unidos manterem as Filipinas, a porta de entrada para o potencial grande mercado asiático. Os Estado Unidos, ele opinou, não devem ser impedidos por "uma teoria abstrata" de adotar "conclusões extremas" na aplicação das doutrinas dos Pais Fundadores sobre a importância do consentimento dos governados.

Os Pais Fundadores, declarou ele, certamente quiseram dizer que o autogoverno só poderia ser aplicado àqueles competentes para exercê-lo, um requisito que claramente não se aplicava ao povo atrasado das Filipinas. Afinal, Conant escreveu: "Somente pela mão firme das raças governantes responsáveis ... a garantia de progresso ininterrupto pode ser transmitida aos países tropicais e subdesenvolvidos" (Healy 1970, pp. 200-201).

Conant também foi ousado o suficiente para tirar importantes conclusões domésticas de seu entusiasmo pelo imperialismo. A sociedade doméstica, afirmou, teria de ser transformada para tornar a nação o mais "eficiente" possível.

Eficiência, em particular, significava concentração centralizada de poder. "A concentração de poder, para permitir uma ação rápida e eficiente, será um fator quase essencial na luta pelo império mundial."

Em particular, era importante para os Estados Unidos aprender com a magnífica centralização de poder e propósito da Rússia czarista. O governo dos Estados Unidos exigiria "um grau de harmonia e simetria que permitiria a direção de todo o poder do Estado em direção a políticas definidas e inteligentes". A Constituição dos Estados Unidos teria de ser emendada para permitir uma forma de absolutismo czarista, ou pelo menos um poder executivo enormemente expandido em relações exteriores (Healy, pp. 202-203).

Um interessante estudo de caso de opinião empresarial energizada e convertida pela atração do imperialismo foi a publicação semanal de Boston, a *US Investor*. Antes da eclosão da guerra com a Espanha em 1898, a *US Investor* denunciou a ideia de guerra como um desastre para

os negócios. Mas depois que os Estados Unidos lançaram sua guerra e o Comodoro Dewey tomou a Baía de Manila, a *US Investor* mudou totalmente de opinião. Agora, saudava a guerra como excelente para os negócios e como uma recuperação da recessão anterior.

Logo a *US Investor* estaria defendendo alegremente uma política de "imperialismo" para tornar permanente a prosperidade dos EUA. O imperialismo trouxe benefícios maravilhosos ao país. Em casa, um grande exército e marinha seriam valiosos para conter a tendência da democracia de gozar de "uma liberdade muito grande de restrições, tanto de ação quanto de pensamento". A *US Investor* acrescentou que "a experiência europeia demonstra que o exército e a marinha são admiravelmente utilizados para inculcar hábitos ordenados de pensamento e ação".

Mas um benefício ainda mais importante de uma política de imperialismo permanente seria econômico. Para manter o "capital (...) em ação", a rigorosa necessidade exige que "deve ser descoberto um

campo ampliado para seu produto". Especificamente, era preciso encontrar "um novo campo" para vender a crescente enxurrada de bens produzidos pelas nações avançadas e para investir suas poupanças a taxas lucrativas. A *US Investor* exultou com o fato de que este novo "campo está pronto para ocupação. Ele pode ser encontrado entre as raças semicivilizadas e bárbaras", em particular o convidativo país da China.

Particularmente interessante é o colóquio que se seguiu entre a *US Investor* e a *Republican* de Springfield (Massachusetts), que ainda propunha a teoria mais antiga do livre comércio e do *laissez-faire*. A *Republican* perguntou por que o comércio com países subdesenvolvidos não é suficiente sem sobrecarregar os contribuintes americanos com despesas administrativas e militares. A *Republican* também atacou a nova teoria do capital excedente, ressaltando que apenas dois ou três anos antes, os empresários vinham pedindo abertamente que mais capital europeu

fosse investido em empreendimentos americanos.

À primeira acusação, a *US Investor* recorreu à "experiência da corrida por, talvez, noventa séculos, [que] tem sido na direção de aquisições estrangeiras como meio de prosperidade nacional". Mas, de maneira mais prática, a *US Investor* se deleitou com as benesses que o imperialismo traria as empresas americanas na forma de contratos governamentais e no desenvolvimento governamental do que agora seria chamado de "infraestrutura" das colônias. Além disso, como na Grã-Bretanha, um serviço diplomático bastante expandido proporcionaria "uma nova vocação para nossos jovens de educação e habilidade".

À segunda acusação da *Republican*, sobre o capital excedente, a *US Investor*, como Conant, desenvolveu a ideia de uma nova era que acabava de chegar aos negócios americanos: uma era de manufatura em grande escala e, portanto, de superprodução, uma era de baixa taxa de lucro, e conseqüente formação de trustes

em busca de maiores lucros por meio da supressão da concorrência.

Como disse a *US Investor*: "O excesso de capital resultou em uma competição não lucrativa. Para empregar a observação espirituosa de Franklin, os donos do capital são da opinião de que devem ficar juntos ou então todos serão enforcados separadamente". Mas enquanto as relações de confiança podem resolver o problema de indústrias específicas, elas não resolvem o grande problema de um "congestionamento de capital" geral. De fato, escreveu a *US Investor*, "encontrar emprego para o capital... é agora o maior de todos os problemas econômicos que enfrentamos".

Para a *US Investor*, a saída era clara:

O caminho lógico a ser seguido é o do desenvolvimento das riquezas naturais dos países tropicais. Esses países são agora povoados por raças incapazes de extrair todas as suas riquezas de seu

próprio solo por sua própria iniciativa... Isso será alcançado em alguns casos pelo mero estímulo do governo e direção por homens das zonas temperadas; mas será alcançada também pela aplicação de modernas máquinas e métodos de cultura aos recursos agrícolas e minerais dos países subdesenvolvidos. (Citado em Etherington 1984, p. 17)

Na primavera de 1901, até mesmo o eminente teórico econômico John Bates Clark, da Universidade de Columbia, foi capaz de aderir ao novo credo. Examinando os trabalhos pró-imperialistas de Conant, Brooks Adams e do reverendo Josiah Strong em uma única resenha comemorativa em março de 1901 no *Political Science Quarterly*, Clark enfatizou a importância de abrir os mercados estrangeiros e, particularmente, de investir o capital americano "com um lucro ainda maior e mais permanente". (Parrini e Sklar 1983, p. 565, n. 16).

J. B. Clark não foi o único economista disposto a se juntar à apologia do Estado forte. Por todo o país, na virada do século XX, uma legião de economistas e outros cientistas sociais havia surgido, muitos deles treinados em escolas de pós-graduação na Alemanha para aprender as virtudes do método indutivo, a Escola Historicista Alemã, e de um estado organicista e coletivista. Ansiosos por posições e poder compatíveis com sua formação de pós-graduação, esses novos cientistas sociais, em nome do profissionalismo e da perícia técnica, se prepararam para abandonar o velho credo do *laissez-faire* e assumir seus lugares como apologistas e planejadores em um novo Estado de planejamento centralizado.

O professor Edwin R. A. Seligman, da Universidade de Columbia, da proeminente família de bancos de investimento de Wall Street da J. and W. Seligman and Company, falou em nome de muitos desses cientistas sociais quando, em um discurso presidencial perante a Associação Econômica Americana em 1903, saudou o

"nova ordem industrial".³ Seligman profetizou que, no novo século XX, a posse do conhecimento econômico daria aos economistas o poder de "controlar... e moldar" as forças materiais do progresso. Como o economista provou ser capaz de prever com mais precisão, ele seria empossado como "o verdadeiro filósofo da vida social", e o público prestaria "deferência às suas opiniões".

Em seu discurso presidencial de 1899, Arthur Twining Hadley, de Yale, também observou os economistas se desenvolvendo como reis filósofos da sociedade. A aplicação mais importante do

³ Seligman também estava relacionado por casamento com os Loeb e com Paul Warburg da Kuhn, Loeb. Especificamente, o irmão de E. R. A. Seligman, Isaac N., era casado com Guta Loeb, irmã da esposa de Paul Warburg, Nina. Ver Stephen Birmingham (1977, apêndice).

conhecimento econômico, declarou Hadley, era a liderança na vida pública, tornando-se conselheiros e líderes da política nacional. "Acredito", opinou Hadley,

que sua maior oportunidade [dos economistas] no futuro imediato não está nas teorias, mas na prática, não com os estudantes, mas com os estadistas, não na educação de cidadãos individuais, por mais ampla e salutar que seja, mas na liderança de um corpo político organizado. (Silva e Slaughter 1984, p. 103)

Hadley observou perspicazmente que o ramo executivo do governo era particularmente suscetível a fornecer acesso a cargos e influência para conselheiros e planejadores econômicos. Anteriormente, os executivos eram impedidos de buscar tal aconselhamento especializado pela importância dos partidos políticos, seus compromissos ideológicos e sua base de massa na população votante.

Mas agora, felizmente, o crescente movimento de reforma municipal (que logo seria chamado de progressista) estava tirando o poder dos partidos políticos e colocando-o nas mãos de administradores e especialistas. O "aumento da centralização do poder administrativo [estava dando]... ao especialista uma chance justa".

E agora, no cenário nacional, o novo salto americano para o imperialismo na Guerra Hispano-Americana estava oferecendo uma oportunidade para maior centralização, no poder executivo e, portanto, para planejamento administrativo e especializado. Embora Hadley tenha se declarado pessoalmente contrário ao imperialismo, ele instou os economistas a aproveitar essa grande oportunidade de acesso ao poder (Silva e Slaughter 1984, pp. 120-121).

A profissão econômica organizada não demorou a aproveitar essa nova oportunidade. Rapidamente, os comitês executivo e de nomeação da Associação Econômica Americana (AEA) criaram um

comitê especial de cinco homens para organizar e publicar um volume sobre finanças coloniais. Como Silva e Slaughter disseram, este novo volume rapidamente reunido permitiu que a AEA mostrasse a elite dominante como a nova ciência social poderia servir aos interesses daqueles que fizeram do imperialismo uma política nacional ao oferecer soluções técnicas para os problemas fiscais imediatos das colônias, bem como fornecer justificativas ideológicas para realizá-las. (Silva e Abate, p. 133)

O presidente do comitê especial era o professor Jeremiah W. Jenks, de Cornell, o principal conselheiro econômico do governador Theodore Roosevelt. Outro membro foi o professor E. R. A. Seligman, outro importante conselheiro de Roosevelt. Um terceiro colega foi o Dr. Albert Shaw, editor influente da *Review of Reviews*, reformador progressista e cientista social e amigo de longa data de Roosevelt. Todos os três eram líderes de longa data da Associação Econômica Americana.

Os outros dois, líderes não pertencentes à AEA, no comitê eram Edward R. Strobel, ex-secretário de Estado adjunto e conselheiro dos governos coloniais, e Charles S. Hamlin, rico advogado de Boston e secretário adjunto do Tesouro, que há muito estava no âmbito de Morgan, e cuja esposa era membro da família Pruyn, investidores de longa data em duas empresas dominadas por Morgan: a New York Central Railroad e a Mutual Life Insurance Company of New York.

Essays in Colonial Finance (Jenks et al. 1900), o volume rapidamente reunido por esses cinco líderes, tentou aconselhar os Estados Unidos sobre a melhor maneira de administrar seu império recém-adquirido.

Primeiro, assim como o governo britânico exigiu quando os estados norte-americanos eram suas colônias, as colônias deveriam sustentar seu governo imperial por meio de impostos, enquanto o controle deveria ser rigidamente exercido pelo centro imperial dos EUA. Em segundo lugar, o centro imperial deveria

construir e manter a infraestrutura econômica da colônia: canais, ferrovias e comunicações. Terceiro, onde – como foi claramente antecipado – a mão de obra nativa é ineficiente ou incapaz de gerenciamento, o governo imperial deve importar mão de obra (branca) do centro imperial. E, finalmente, como Silva e Slaughter colocam,

as recomendações fiscais do comitê sugeriam fortemente que economistas treinados eram necessários para um império de sucesso. Eram eles que deveriam fazer um estudo aprofundado das condições locais para determinar o sistema fiscal correto, coletar dados, criar a estrutura administrativa adequada e talvez até implementá-la. Dessa forma, o comitê apoiou a visão de Hadley ao ver o imperialismo como uma oportunidade para os economistas ao identificar um grande número de cargos profissionais que seriam melhor preenchidos por

eles mesmos. (Silva e Slaughter 1984, p. 135)

Com o volume escrito, a AEA buscou apoio financeiro para sua publicação e distribuição. O objetivo não era simplesmente obter o financiamento, mas fazê-lo de forma a obter o aval de membros líderes da elite dominante neste movimento ousado de capacitar economistas como conselheiros e administradores especialistas tecnocráticos no Estado-nação imperial.

A Associação Econômica Americana encontrou cinco empresários ricos para pagar dois quintos do custo total da publicação de *Essays in Colonial Finance*. Ao compilar o volume e depois aceitar patrocinadores corporativos, vários dos quais tinham participação econômica no novo império americano, a AEA estava sinalizando que os economistas organizados da nação eram (1) totalmente a favor do novo império americano; e (2) estavam dispostos e ansiosos para desempenhar um forte papel na assessoria e administração do império, um papel que eles

prontamente e alegremente desempenharam, como veremos na seção seguinte.

Tendo em vista o papel simbólico e prático dos patrocinadores, uma lista dos cinco doadores para o volume das finanças coloniais é instrutiva.

Um deles era Isaac N. Seligman, chefe do banco de investimento J and W Seligman and Company, uma empresa com amplos interesses no exterior, especialmente na América Latina. O irmão de Isaac, E. R. A. Seligman, era membro do comitê especial de Finanças Coloniais e autor de um dos ensaios do volume.

Outro foi William E. Dodge, sócio da empresa de mineração de cobre Phelps, Dodge and Company, e membro de uma poderosa família de mineradores aliada aos Morgans.

Um terceiro doador foi Theodore Marburg, um economista que era vice-presidente da AEA na época, e também um ardente defensor do imperialismo,

bem como herdeiro de uma fortuna substancial da American Tobacco Company.

O quarto foi Thomas Shearman, um apoiador do imposto único e advogado do poderoso magnata das ferrovias Jay Gould.

E por último, mas não menos importante, Stuart Wood, um industrial que tinha doutorado em economia e foi vice-presidente da AEA.

Conant: O imperialismo monetário e o padrão divisas-ouro

O salto para o imperialismo político dos Estados Unidos no final da década de 1890 foi acompanhado pelo imperialismo econômico, e uma chave para o imperialismo econômico foi o imperialismo monetário. Em resumo, os países ocidentais desenvolvidos nessa época estavam no padrão ouro, enquanto a maioria das nações do Terceiro Mundo estava no padrão prata. Nas últimas décadas, o valor da prata em relação ao ouro vinha caindo constantemente, devido a

1. uma crescente oferta mundial de prata em relação ao ouro, e
2. a subsequente mudança de muitas nações ocidentais de prata ou bimetalismo para ouro, diminuindo assim a demanda mundial por prata como metal monetário.

A queda dos valores da prata significou depreciação monetária e inflação no Terceiro Mundo, e teria sido uma política razoável passar de uma moeda de prata para um padrão de moeda de ouro. Mas os novos imperialistas entre os banqueiros, economistas e políticos dos EUA estavam muito menos interessados no bem-estar dos países de Terceiro Mundo do que em impingir um imperialismo monetário sobre eles.

Pois não apenas as economias do centro imperial e dos Estados clientes estariam ligadas, mas estariam ligadas de tal maneira que essas economias poderiam piramidar sua própria inflação monetária e de crédito bancário sobre a inflação nos Estados Unidos. Assim, o que os novos imperialistas se propuseram a fazer foi pressionar ou coagir os países de Terceiro Mundo a adotar, não um genuíno padrão de moeda de ouro, mas um recém-concebido "divisas-ouro" ou padrão dólar.

Em vez de a moeda de prata fluir livremente em termos de ouro, a taxa de prata para ouro seria então fixada pela

fixação arbitrária de preços do governo. Os países de prata seriam prata apenas no nome; a reserva monetária do país seria mantida, não em prata, mas em dólares supostamente resgatáveis em ouro; e essas reservas seriam mantidas, não no próprio país, mas como dólares empilhados na cidade de Nova York.

Dessa forma, se os bancos americanos inflassem seu crédito, não haveria perigo de perder ouro no exterior, como aconteceria sob um padrão ouro genuíno. Pois sob um verdadeiro padrão-ouro, ninguém e nenhum país estaria interessado em acumular créditos de dólares no exterior. Em vez disso, eles exigiriam o pagamento de créditos de dólares em ouro. De modo que, embora esses banqueiros e economistas americanos estivessem muito cientes, após muitas décadas de experiência, das falácias e males do bimetalismo, eles estavam dispostos a impor uma forma de bimetalismo aos Estados clientes para vinculá-los ao imperialismo econômico dos EUA, e pressioná-los a inflar suas próprias reservas monetárias

sobre as reservas em dólares supostamente, mas não de fato, resgatáveis em ouro.

Os Estados Unidos enfrentaram pela primeira vez o problema das moedas de prata em um país de Terceiro Mundo quando tomaram o controle de Porto Rico da Espanha em 1898 e o ocuparam como uma colônia permanente. Felizmente para os imperialistas, Porto Rico já estava maduro para a manipulação da moeda. Apenas três anos antes, em 1895, a Espanha havia destruído a encorpada moeda de prata mexicana que sua colônia havia desfrutado anteriormente e a substituiu por um "dólar" de prata fortemente desvalorizado, que valia apenas 41 centavos em moeda americana. O governo espanhol embolsou os grandes lucros de senhoria-gem dessa degradação.

Os Estados Unidos foram, portanto, facilmente capazes de substituir seu próprio dólar de prata desvalorizado, valendo apenas 45,6 centavos em ouro. Assim, a moeda de prata dos Estados Unidos substituiu uma moeda ainda mais

degradada, e também os porto-riquenhos não tinham tradição de lealdade a uma moeda recentemente imposta pelos espanhóis. Houve, portanto, pouca ou nenhuma oposição em Porto Rico à conquista monetária dos EUA.¹

A grande questão controversa era qual taxa de câmbio as autoridades americanas iriam fixar entre as duas moedas degradadas: o antigo peso de prata porto-riquenho e o dólar de prata dos EUA. Essa era a taxa na qual as autoridades dos EUA obrigariam os porto-riquenhos a trocar suas moedas existentes pelas novas moedas americanas.

O tesoureiro encarregado da reforma monetária do governo dos EUA era o proeminente economista da Johns Hopkins, Jacob H. Hollander, que havia

¹ Ver o esclarecedor artigo de Emily S. Rosenberg (1985, pp. 172-173).

sido comissário especial para revisar as leis tributárias porto-riquenhas e que era um dos novos economistas acadêmicos que repudiavam o *laissez-faire* e favoreciam o estatismo total.

Os grandes devedores de Porto Rico – principalmente os grandes plantadores de açúcar – naturalmente queriam pagar suas obrigações em pesos à taxa mais barata possível; eles fizeram lobby por um peso americano no valor de 50 centavos. Em contraste, os banqueiros-credores porto-riquenhos queriam que a taxa fosse fixada em 75 centavos. Como a taxa de câmbio era de qualquer maneira arbitrária, Hollander e outras autoridades americanas decidiram da maneira tradicional dos governos: dividir mais ou menos

a diferença e fixar um peso igual a 60 centavos.²

As Filipinas, a outra colônia espanhola conquistada pelos Estados Unidos, representavam um problema muito mais

² Também começaram a administrar o imperialismo em Porto Rico o economista e demógrafo W. H. Willcox de Cornell, que realizou o primeiro censo na ilha, bem como em Cuba em 1900, e Roland P. Falkner, estatístico e reformador bancário primeiro na Universidade de Pensilvânia, e então chefe da Divisão de Documentos da Biblioteca do Congresso, que se tornou comissário de educação em Porto Rico em 1903. Falkner passou a chefiar a Comissão dos EUA para a Libéria em 1909 e a ser membro da Joint Land Commission dos governos dos EUA e da China. O economista de Harvard Thomas S. Adams serviu como tesoureiro assistente de Hollander em Porto Rico. O cientista político William F. Willoughby sucedeu Hollander como tesoureiro (Silva e Slaughter 1984, pp. 137-138).

complicado. Como na maior parte do Extremo Oriente, as Filipinas estavam felizes usando uma moeda de prata perfeitamente sólida, o dólar de prata mexicano. Mas os Estados Unidos estavam ansiosos por uma reforma rápida, porque seu grande establishment de forças armadas para suprimir o nacionalismo filipino exigia pesadas despesas em dólares americanos, que ele, é claro, ele declarou ser moeda de curso forçado para pagamentos. Como a moeda de prata mexicana também tinha curso legal e era mais barata que o dólar de ouro dos EUA, a ocupação militar dos EUA encontrou suas receitas sendo pagas em moedas mexicanas indesejadas e mais baratas.

Sutileza era necessária e, em 1901, para a tarefa de conquista da moeda, o Gabinete de Assuntos Insulares (GAI) do Departamento de Guerra – a agência que administra a ocupação americana das Filipinas – contratou Charles A. Conant para a tarefa. O secretário de Guerra Elihu Root era um formidável advogado de Wall Street próximo de Morgan,

que por vezes atuava como advogado pessoal de J. P. Morgan. Root deu uma mão pessoal ao enviar Conant para as Filipinas. Conant, recém-saído da Comissão Monetária de Indianápolis e antes de ir para Nova York como um importante banqueiro de investimentos, era, como era de se esperar, um ardente imperialista do padrão divisas-ouro, bem como o principal teórico do imperialismo econômico.

Percebendo que o povo filipino adorava suas moedas de prata, Conant concebeu uma maneira de impor uma moeda de ouro em dólar americano ao país. Sob seu plano astuto, os filipinos continuariam a ter uma moeda de prata; mas a moeda de prata mexicana plenamente encorpada seria substituída por uma moeda de prata americana ligada ao ouro a um valor depreciado muito menor do que o valor de troca de mercado da prata em termos de ouro. Nesse bimetalismo imposto e degradado, já que a moeda de prata foi deliberadamente supervalorizada em relação ao ouro pelo governo dos Estados Unidos, a lei de Gresham entrou em vigor

inexoravelmente. A prata supervalorizada continuaria circulando nas Filipinas, e o ouro subvalorizado seria mantido fora de circulação.

O lucro de senhoriagem que o Tesouro colheria com a degradação seria depositado alegremente em um banco de Nova York, que então funcionaria como uma "reserva" para a moeda de prata dos EUA nas Filipinas. Assim, os fundos de Nova York seriam usados para pagamento fora das Filipinas, em vez de moeda ou espécie. Além disso, o governo dos EUA poderia emitir dólares de papel com base em seu novo fundo de reserva.

Deve-se notar que Conant originou o esquema de troca de ouro como forma de explorar e controlar as economias do Terceiro Mundo baseadas na prata. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha estava introduzindo esquemas semelhantes em suas áreas coloniais no Egito, nos Estabelecimentos dos Estreitos na Ásia e particularmente na Índia.

O Congresso, no entanto, pressionado pelo lobby da prata, recusou o plano do GAI. E assim o GAI voltou-se novamente para as relações públicas experientes e habilidades de lobby de Charles A. Conant. Conant entrou em ação. Reunindo-se com os editores das principais revistas financeiras, ele garantiu suas promessas de escrever editoriais defendendo o plano Conant, muitos dos quais ele mesmo escreveu.

Ele já era apoiado pelos bancos americanos de Manila. Banqueiros americanos recalcitrantes foram avisados por Conant que não poderiam mais esperar grandes depósitos governamentais do Departamento de Guerra se continuassem a se opor ao plano. Além disso, Conant conquistou o apoio dos principais inimigos de seu plano, as companhias americanas de prata e banqueiros pró-prata, prometendo-lhes que, se a reforma monetária filipina fosse aprovada, o governo federal compraria prata para a nova moeda americana nas Filipinas dessas mesmas empresas. Finalmente, o lobby incansável e a

mistura de suborno e ameaças de Conant deram frutos. O Congresso aprovou a Lei da Moeda das Filipinas em março de 1903.

Nas Filipinas, no entanto, os Estados Unidos não podiam simplesmente duplicar o exemplo porto-riquenho e coagir a conversão da antiga pela nova moeda de prata. Pois a moeda de prata mexicana era uma moeda dominante não apenas no Extremo Oriente, mas em todo o mundo, e a conversão forçada teria sido interminável.

Os Estados Unidos tentaram; removeram o privilégio de curso legal das moedas mexicanas e decretaram que as novas moedas dos EUA fossem usadas para pagar impostos, salários do governo e outros pagamentos do governo. Mas desta vez os filipinos usaram alegremente as antigas moedas mexicanas como dinheiro, enquanto as moedas de prata americanas desapareceram de circulação para serem usadas no pagamento de impostos e em transações para os Estados Unidos.

O Departamento de Guerra estava fora de si: como ele poderia expulsar as moedas de prata mexicanas das Filipinas? Em desespero, voltou-se para o infatigável Conant, mas Conant não pôde se juntar ao governo colonial nas Filipinas porque acabara de ser nomeado para uma comissão presidencial mais distante sobre câmbio internacional para pressionar o México e a China a aderirem a um padrão divisas-ouro semelhante.

Hollander, recém-concluído seu triunfo porto-riquenho, estava doente. Quem mais? Conant, Hollander e vários banqueiros importantes disseram ao Departamento de Guerra que não podiam recomendar ninguém para o trabalho, tão nova então era a profissão de técnico especialista em imperialismo monetário.

Mas havia mais uma esperança, o outro pró-cartelista e imperialista financeiro, Jeremiah W. Jenks, de Cornell, um colega de Conant da nova Comissão de Intercâmbio Internacional (CII) do presidente Roosevelt. Jenks já havia pavimentado o caminho para Conant visitando

colônias inglesas e holandesas no Extremo Oriente em 1901 para obter informações sobre como administrar as Filipinas. Jenks finalmente sugeriu um nome, seu ex-aluno de pós-graduação em Cornell, Edwin W. Kemmerer.

O jovem Kemmerer foi para as Filipinas de 1903 a 1906, para implementar o plano Conant. Baseado nas teorias de Jenks e Conant, e em sua própria experiência nas Filipinas, Kemmerer passou a lecionar em Cornell e depois em Princeton, e ganhou fama ao longo da década de 1920 como o "médico do dinheiro", se mantendo muito atarefado impondo o padrão divisas-ouro em país após país no exterior.

Confiando nos conselhos de Conant nos bastidores, Kemmerer e seus associados finalmente criaram um esquema bem-sucedido para expulsar as moedas de prata mexicanas. Era um plano que dependia fortemente da coerção do governo. Os Estados Unidos impuseram uma proibição legal à importação das moedas mexicanas, seguidas de impostos severos

sobre quaisquer transações privadas filipinas que ousassem usar a moeda mexicana.

Felizmente para os planejadores, seu esquema foi auxiliado por uma demanda em grande escala na época por prata mexicana no norte da China, que absorvia a prata que estava nas Filipinas ou que teria sido contrabandeada para as ilhas. O sucesso dos EUA foi ajudado pelo fato de que as novas moedas de prata dos EUA, perspicazmente chamadas de "conants" pelos filipinos, foram feitas para se parecer muito com as antigas e queridas moedas mexicanas. Em 1905, a força, a sorte e a trapaça haviam prevalecido, e os conants (no valor de 50 centavos em dinheiro americano) eram a moeda dominante nas Filipinas. Logo as autoridades dos EUA estavam confiantes o suficiente

para adicionar moedas de cobre simbólicas e moedas de papel também.³

³ Ver Rosenberg (1985, pp. 177-181). Outros economistas e cientistas sociais que ajudaram a administrar o imperialismo nas Filipinas foram Carl C. Plehn, da Universidade da Califórnia, que atuou como estatístico-chefe da Comissão das Filipinas em 1900-1901, e Bernard Moses, historiador, cientista político e economista da Universidade da Califórnia, um fervoroso defensor do imperialismo que serviu na Comissão Filipina de 1901 a 1903, e depois se tornou um especialista em assuntos latino-americanos, participando de uma série de conferências pan-americanas.

O cientista político David P. Barrows tornou-se superintendente de escolas em Manila e diretor de educação por oito anos, de 1901 a 1909. Essa experiência despertou um interesse vitalício nas forças armadas de

Em 1903, os reformadores da moeda se sentiram encorajados o suficiente para tomar ações contra o dólar de prata mexicano em todo o mundo. No próprio México, os industriais americanos que queriam investir ali pressionaram os mexicanos a mudar da prata para o ouro, e

Barrows, que, enquanto professor em Berkeley e general na Guarda Nacional da Califórnia em 1934, liderou as tropas que romperam a greve dos estivadores de São Francisco. Durante a Segunda Guerra Mundial, Barrows estendeu seu interesse pela coerção para ajudar no internamento forçado de nipo-americanos em campos de concentração. Sobre Barrows, ver Silva e Slaughter (1984, pp. 137-138). Sobre Moses, ver Dorfman (1949, pp. 96-98).

encontraram um aliado no poderoso ministro das Finanças, José Limantour. Mas lidar com o peso de prata mexicano em casa não seria uma tarefa fácil, pois a moeda era conhecida e usada em todo o mundo, particularmente na China, onde compunha a maior parte da moeda circulante.

Finalmente, após conversações de três vias entre autoridades americanas, mexicanas e chinesas, os mexicanos e chineses foram induzidos a enviar notas idênticas ao secretário de Estado dos EUA, instando os Estados Unidos a nomear consultores financeiros para realizar uma reforma monetária e obter taxas de câmbio estabilizadas com os países do ouro (Parrini e Sklar 1983, pp. 573-77; Rosenberg 1985, p. 184).

Esses pedidos deram ao presidente Roosevelt, após obter a aprovação do Congresso, a desculpa para nomear em março de 1903 uma Comissão de Câmbio Internacional de três homens para promover a reforma monetária no México, na China e no resto do mundo que usa prata.

O objetivo era "trazer uma relação fixa entre as moedas dos países padrão-ouro e os atuais países usuários de prata", a fim de promover "oportunidades de comércio de exportação e investimento" nos países do ouro e desenvolvimento econômico nos países da prata.

Os três membros da CII eram velhos amigos e colegas que pensavam da mesma forma. O presidente era Hugh H. Hanna, da Comissão Monetária de Indianápolis, os outros eram seu ex-assessor-chefe naquela Comissão, Charles A. Conant, e o professor Jeremiah W. Jenks. Conant, como sempre, foi o principal teórico e trapaceiro. Ele percebeu que a maior oposição à mudança do México e da China para um padrão-ouro viria da importante indústria mexicana de prata, e concebeu um esquema para fazer com que os países europeus comprassem grandes quantidades de prata mexicana para aliviar a dor da mudança.

Em uma viagem a nações europeias no verão de 1903, no entanto, Conant e a CII encontraram os europeus

menos entusiasmados em fazer compras de prata mexicana, bem como em subsidiar exportações e investimentos americanos na China, uma terra cujo mercado eles também cobiçavam. Nos Estados Unidos, por outro lado, os principais jornais e periódicos financeiros, estimulados pelo trabalho de relações públicas de Conant, endossaram calorosamente o novo esquema monetário.

Entretanto, os Estados Unidos enfrentaram problemas cambiais semelhantes em seus dois novos protetorados caribenhos, Cuba e Panamá. Panamá foi fácil. Os Estados Unidos ocuparam a Zona do Canal, e estaria importando grandes quantidades de equipamentos para construir o canal, e assim decidiu impor o dólar de ouro americano como moeda na República nominalmente independente do Panamá.

Enquanto o dólar de ouro era a moeda oficial do Panamá, os Estados Unidos impuseram como meio de troca real um novo peso de prata desvalorizado no valor de 50 centavos. Felizmente, o novo

peso tinha quase o mesmo valor que a antiga moeda de prata colombiana que deslocou à força e, assim, como em Porto Rico, a conquista poderia ocorrer sem problemas.

Entre as colônias ou protetorados dos EUA, Cuba provou ser o noz mais difícil de quebrar. Apesar de todas as ministrações de Conant, a moeda de Cuba permaneceu sem reforma. Moedas de ouro e prata espanholas, moedas francesas e moeda americana circulavam lado a lado, fluindo livremente em resposta à oferta e demanda. Além disso, semelhante às Filipinas pré-reformadas, uma taxa de câmbio bimetálica fixa entre a moeda americana mais barata e as moedas espanholas e francesas mais valiosas levou os cubanos a devolver moedas americanas mais baratas às autoridades alfandegárias dos EUA em taxas e receitas.

Por que então Conant fracassou em Cuba? Em primeiro lugar, o forte nacionalismo cubano ressentiu-se com os planos dos EUA de tomar o controle de sua moeda. O pedido repetido

insistentemente de Conant em 1903 para que Cuba convidasse a CII para visitar a ilha foi severamente rejeitado pelo governo cubano. Além disso, o carismático comandante militar dos EUA em Cuba, Leonard Wood, queria evitar dar aos cubanos a impressão de que havia planos para reduzir Cuba ao status colonial.

A segunda objeção era econômica. A poderosa indústria açucareira de Cuba dependia das exportações para os Estados Unidos, e uma mudança da prata desvalorizada para o dinheiro de ouro de valor mais alto aumentaria o custo das exportações de açúcar, em um valor estimado por Leonard Wood em cerca de 20%.

Embora o mesmo problema tenha existido para os plantadores de açúcar em Porto Rico, os interesses econômicos americanos, em Porto Rico e em outros países, como as Filipinas, favoreceram a imposição em países anteriormente na prata a um padrão baseado no ouro para estimular as exportações dos EUA para esses países. Em Cuba, por outro lado, havia cada vez mais capital de investimento dos EUA

despejado nas plantações de açúcar cubanas, de modo que interesses econômicos poderosos e até dominantes dos EUA existiam do outro lado da questão da reforma monetária. De fato, na Primeira Guerra Mundial, os investimentos americanos no açúcar cubano atingiram a soma de US\$95 milhões.

Assim, quando Charles Conant retomou sua pressão por um padrão divisas-ouro cubano em 1907, ele foi veementemente contestado pelo governador americano de Cuba, Charles Magoon, que chamou a atenção para o problema de um padrão baseado em ouro paralisando os plantadores de açúcar. A CII nunca conseguiu visitar Cuba e, ironicamente, Charles Conant morreu em Cuba, em 1915, tentando em vão convencer os cubanos das virtudes do padrão divisas-ouro (Rosenberg 1985, pp. 186-188).

A mudança mexicana da prata para o ouro foi mais gratificante para Conant, mas neste caso a reforma foi efetuada pelo chanceler Limantour e seus técnicos locais, com a CII em segundo plano.

No entanto, o sucesso dessa mudança, na Lei de Reforma da Moeda Mexicana de 1905, foi assegurado por um aumento mundial do preço da prata, a partir do ano seguinte, que tornou as moedas de ouro mais baratas que a prata, com a lei de Gresham produzindo uma moeda de ouro bem sucedida no México.

Mas a cunhagem de prata dos EUA nas Filipinas teve problemas por causa do aumento do preço mundial da prata. A moeda de prata dos EUA nas Filipinas foi resgatada por uma ação coordenada do governo mexicano, que vendeu prata nas Filipinas para reduzir o valor da prata o suficiente para que os Conants pudessem voltar à circular.⁴

⁴ É certamente possível que uma das razões para a eclosão da Revolução Mexicana nacionalista de 1910, em parte uma revolução contra a influência dos EUA, tenha sido uma reação contra a manipulação da moeda

Mas o grande fracasso do imperialismo monetário Conant/CII foi na China. Em 1900, a Grã-Bretanha, o Japão e os Estados Unidos intervieram na China para acabar com a Rebelião dos Boxers. Os três países então forçaram a China derrotada a concordar em pagar a eles e a todas as grandes potências europeias uma indenização de US\$333 milhões.

Os Estados Unidos interpretaram o tratado como uma obrigação de pagar em ouro, mas a China, em um padrão de prata depreciado, começou a pagar em prata em 1903, uma ação que enfureceu as três potências do tratado. O ministro dos EUA na China informou que a Grã-Bretanha poderia declarar o pagamento da China em prata uma violação do

liderada pelos EUA e a mudança forçada da prata para o ouro. Certamente, pesquisas precisam ser feitas sobre essa possibilidade.

tratado, o que pressagia uma intervenção militar.

Encorajado pelo sucesso dos Estados Unidos nas Filipinas, Panamá e México, o Secretário de Guerra Root enviou Jeremiah W. Jenks em uma missão à China no início de 1904 para tentar transformar a China de um padrão prata para um padrão divisas-ouro. Jenks também escreveu ao presidente Roosevelt da China pedindo que a indenização chinesa aos Estados Unidos da Rebelião dos Boxers fosse usada para financiar cátedras de intercâmbio por 30 anos.

A missão de Jenks, no entanto, foi um fracasso total. Os chineses entenderam muito bem o esquema monetário da CII. Eles viram e denunciaram a senhoriagem do padrão divisas-ouro como uma degradação irresponsável e imoral da moeda chinesa, um ato que empobreceria a China e aumentaria os lucros dos bancos norte-americanos onde seriam depositados os fundos de reserva de senhoriagem.

Além disso, os membros do governo chinês viram que a mudança da indenização de prata para ouro enriqueceria os governos europeus às custas da economia chinesa. Eles também observaram que o esquema da CII estabeleceria um controlador estrangeiro da moeda chinesa para impor regulamentações bancárias e reformas econômicas na economia chinesa. A indignação chinesa não foi surpresa para ninguém. A reação da China foi sua própria reforma nacionalista da moeda em 1905 para substituir a moeda de prata mexicana por uma nova moeda de prata chinesa, o tael (Rosenberg 1985, pp. 189-192).

O ignominioso fracasso de Jenks na China pôs fim a qualquer papel formal da Comissão de Intercâmbio Internacional.⁵ Um fiasco imediatamente posterior

⁵ O fracasso, no entanto, não diminuiu a demanda do governo dos EUA pelos serviços

suspendeu o uso de assessores econômicos e financeiros pelo governo dos EUA para difundir o padrão divisas-ouro no exterior. Em 1905, o Departamento de Estado contratou Jacob Hollander para transferir um outro de seus Estados clientes latino-americanos, a República Dominicana, para o padrão divisas-ouro.

Quando Hollander cumpriu essa tarefa no final do ano, o Departamento de Estado pediu ao governo dominicano que contratasse Hollander para elaborar um plano de reforma financeira, incluindo um empréstimo dos EUA e um serviço alfandegário administrado pelos Estados

de Jenks. Ele passou a aconselhar o governo mexicano, serviu como membro do Alto Comissariado da Nicarágua durante o regime de ocupação do presidente Wilson e também chefiou o Escritório do Extremo Oriente do Departamento de Estado (Silva e Slaughter 1989, pp. 136-37).

Unidos para coletar impostos para reembolso do empréstimo. Hollander, genro do proeminente comerciante de Baltimore Abraham Hutzler, usou sua conexão com Kuhn, Loeb and Company para colocar títulos dominicanos naquele banco de investimento.

Hollander recebeu alegremente duas vezes pelo mesmo trabalho, cobrando taxas pelo mesmo serviço do Departamento de Estado e do governo dominicano. Quando este pecadilho foi descoberto em 1911, o escândalo tornou impossível para o governo dos EUA usar seus próprios funcionários e seus próprios fundos para pressionar por especialistas de padrão divisas-ouro no exterior. A partir de então, houve mais uma parceria público-privada entre o governo dos EUA e os banqueiros de investimento, com os banqueiros fornecendo seus próprios fundos e o Departamento de Estado fornecendo sua boa vontade e recursos mais concretos.

Assim, em 1911-1912, os Estados Unidos, com grande oposição, impuseram

um padrão divisas-ouro na Nicarágua. O Departamento de Estado formalmente se afastou, mas aprovou a contratação de Charles Conant pelo poderoso banco de investimentos Brown Brothers para conseguir um empréstimo e a reforma monetária. O Departamento de Estado emprestou não apenas sua aprovação ao projeto, mas também suas comunicações oficiais, para que Conant e Brown Brothers conduzissem as negociações com o governo nicaraguense.

Quando morreu em Cuba, em 1915, Charles Conant havia se tornado o principal teórico e praticante do movimento divisas-ouro e do movimento econômico-imperialista. Além de seus sucessos nas Filipinas, Panamá e México, e seus fracassos em Cuba e China, Conant liderou a promoção da reforma divisas-ouro e do imperialismo do dólar-ouro na Libéria, Bolívia, Guatemala e Honduras. Sua *magnum opus* em favor do padrão divisas-ouro, em dois volumes, *The Principles of Money and Banking* (1905), bem como seu sucesso pioneiro nas Filipinas,

foram seguidos por uma infinidade de livros, artigos, panfletos e editoriais, sempre apoiado por seus esforços de propaganda pessoal.

Particularmente interessantes foram os argumentos de Conant em favor de um padrão divisas-ouro, em vez de um padrão de moeda de ouro genuíno. Um padrão simples de moeda de ouro, acreditava Conant, não fornecia uma quantidade suficiente de ouro para suprir as necessidades monetárias do mundo.

Assim, vinculando os padrões de prata existentes nos países subdesenvolvidos ao ouro, a "escassez" de ouro poderia ser superada, e também as economias dos países subdesenvolvidos poderiam ser integradas às do poder imperial dominante. Tudo isso só poderia ser feito se o padrão divisas-ouro fosse "projetado e implementado por uma política governamental cuidadosa", mas é claro que o próprio Conant e seus amigos e discípulos sempre estiveram de prontidão para aconselhar e fornecer tal implementação (Rosenberg 1985, p. 197).

Além disso, a adoção de um padrão divisas-ouro administrado pelo governo era superior ao ouro genuíno ou ao bimetalismo porque deixava a cada estado a flexibilidade de adaptar sua moeda às necessidades locais. Como afirmou Conant,

ele deixa cada estado livre para escolher os meios de troca que melhor se adaptam às suas condições locais. As nações ricas são livres para escolher o ouro, as nações menos ricas para a prata, e aquelas cujos métodos financeiros são mais avançados são livres para escolher o papel.

É interessante que, para Conant, o papel fosse a forma mais "avançada" de moeda. É claro que a devoção ao padrão-ouro de Conant e de seus colegas era apenas a um padrão degradado e inflacionário controlado e manipulado pelo governo dos EUA, com o ouro realmente servindo de fachada de moeda supostamente sólida.

E uma das formas críticas de manipulação e controle do governo no sistema proposto por Conant era a existência e o funcionamento ativo de um banco central. Como fundador da "ciência" do aconselhamento financeiro aos governos, Conant, seguido por seus colegas e discípulos, não apenas pressionou por um padrão divisas-ouro onde quer que pudesse fazê-lo, mas também um banco central para gerenciar e controlar esse padrão. Como destaca Emily Rosenberg,

Conant, portanto, não negligenciou... uma das principais mudanças revolucionárias implícitas em seu sistema: um novo e importante papel para um banco central como estabilizador da moeda. Conant apoiou fortemente a reforma bancária americana que culminou no Federal Reserve System, o banco central americano ... e os consultores financeiros americanos que seguiram Conant espalhariam os sistemas bancários centrais, juntamente com as

reformas monetárias padrão-ouro, para os países que eles aconselhavam. (Rosenberg 1985, p. 198)

Junto com um padrão divisas-ouro gerenciado viria, como substituto do antigo padrão de moeda de ouro de livre comércio, não gerenciado, um mundo de blocos de moeda imperial, que "necessariamente surgiria à medida que países menores depositassem seus fundos de estabilização de ouro nos sistemas bancários dos países mais avançados" (ibid.). Os bancos de Nova York e Londres, em particular, se tornaram os principais detentores de fundos de reserva na nova ordem monetária mundial em desenvolvimento.

Não é por acaso que o maior rival financeiro e imperial dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha, que foi pioneira na imposição de padrões divisas-ouro em sua própria área colonial, se baseou nessa experiência para impor um padrão divisas-ouro, marcado por todas as moedas europeias piramidadas sobre a inflação britânica, durante a década de 1920. Esse

experimento inflacionário desastroso levou diretamente ao colapso bancário mundial e à mudança geral para o papel-moeda fiduciário no início da década de 1930. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram a tocha de um padrão mundial divisas-ouro em Bretton Woods, com o dólar substituindo a libra esterlina em um sistema inflacionário mundial que durou aproximadamente 25 anos.

Tampouco se deve pensar que Charles A. Conant fosse o cientista puramente imparcial que afirmava ser. Suas reformas monetárias beneficiaram diretamente seus empregadores banqueiros de investimento. Assim, Conant foi tesoureiro, de 1902 a 1906, da Morton Trust Company de Nova York, administrada por Morgan, e certamente não foi coincidência que o Morton Trust fosse o banco que detinha os fundos de reserva para os governos das Filipinas, Panamá e República Dominicana, após suas respectivas reformas monetárias. Nas negociações da Nicarágua, Conant foi contratado pelo

banco de investimento Brown Brothers e, ao pressionar outros países, ele estava trabalhando para Speyer and Company e outros banqueiros de investimento.

Depois que Conant morreu em 1915, havia poucos para assumir o manto de consultoria financeira estrangeira. Hollander caiu em desgraça após o desastre dominicano. Jenks estava envelhecendo e vivia à sombra de seu fracasso na China, mas o Departamento de Estado nomeou Jenks para atuar como diretor do Banco Nacional da Nicarágua em 1917 e também o contratou para estudar o quadro financeiro da Nicarágua em 1925.

Mas o verdadeiro sucessor de Conant foi Edwin W. Kemmerer, o "médico da moeda". Após sua experiência nas Filipinas, Kemmerer juntou-se ao seu antigo professor Jenks em Cornell, e depois mudou-se para Princeton em 1912, publicando seu livro *Modern Currency Reforms* em 1916. Como o principal consultor financeiro estrangeiro da década de 1920, Kemmerer não apenas impôs bancos centrais e padrão divisas-ouro nos países de

Terceiro Mundo, mas também os fez cobrar impostos mais altos.

Kemmerer também combinou seu emprego público com o serviço a importantes banqueiros internacionais. Durante a década de 1920, Kemmerer trabalhou como especialista bancário para a Comissão Dawes do governo dos EUA, chefiou missões especiais de consultoria financeira para mais de uma dúzia de países e foi mantido com um belo empregado pela distinta empresa de banco de investimento Dillon and Read de 1922 a 1929. Naquela época, Kemmerer e seu mentor Jenks eram os únicos especialistas em reforma de moeda estrangeira disponíveis para aconselhamento. No final da década de 1920, Kemmerer ajudou a estabelecer uma cátedra de economia internacional em Princeton, que ocupou, e da qual poderia treinar alunos como Arthur N. Young e William W. Cumberland. Em meados da década de 1920, o médico da

moeda serviu como presidente da Associação Econômica Americana.⁶

⁶ Para um excelente estudo das missões Kemmerer na década de 1920, veja Seidel (1972, pp. 520-45).

Jacob Schiff incita a ânsia por um banco central

A derrota da Lei Fowler para uma moeda de ativos mais amplos e agências bancárias em 1902, juntamente com o fracasso das tentativas do Secretário do Tesouro Shaw de 1903-1905 de usar o Tesouro como banco central, levou os grandes banqueiros e seus aliados economistas a adotar uma nova solução: a imposição direta de um banco central nos Estados Unidos.

A campanha por um banco central foi iniciada por um discurso fatídico em janeiro de 1906 do poderoso Jacob H. Schiff, chefe do banco de investimento de Wall Street da Kuhn, Loeb and Co., perante a Câmara de Comércio de Nova York. Schiff reclamou que, no outono de 1905, quando "o país precisava de dinheiro", o Tesouro, em vez de trabalhar para expandir a oferta de moeda, reduziu os depósitos do governo nos bancos

nacionais, precipitando assim uma crise financeira, uma "desgraça" em que os bancos da câmara de compensação de Nova York foram forçados a contrair seus empréstimos drasticamente, elevando as taxas de juros. Uma "moeda elástica" para a nação era, portanto, imperativa, e Schiff exortou o comitê de finanças da Câmara de Nova York a elaborar um plano abrangente para um sistema bancário moderno fornecer uma moeda elástica (revista *Bankers* 1906, pp. 114-15).

Um colega que já estava agitando nos bastidores por um banco central era o sócio de Schiff, Paul Moritz Warburg, que havia sugerido o plano a Schiff já em 1903. Warburg havia emigrado da empresa de investimentos alemã M. M. Warburg and Company em 1897, e em pouco tempo sua principal função na Kuhn, Loeb foi agitar para trazer as bênçãos do

banco central europeu para os Estados Unidos.¹

Demorou menos de um mês para o comitê de finanças da Câmara de Nova York emitir seu relatório, mas os reformadores bancários ficaram furiosos, denunciando-o como notavelmente ignorante. Quando Frank A. Vanderlip, do principal banco de Rockefeller, o National City Bank of New York, informou sobre esse desenvolvimento, seu chefe, James Stillman, sugeriu que uma nova comissão especial de cinco homens fosse criada pela

¹ Schiff e Warburg eram parentes por casamento. Schiff, de uma proeminente família de banqueiros alemães, era genro de Solomon Loeb, cofundador da Kuhn, Loeb; e Warburg, marido de Nina Loeb, era outro genro de Solomon Loeb com uma segunda esposa. O círculo incestuoso foi completado quando a filha de Schiff, Frieda, casou-se com o irmão de Paul Warburg, Felix, outro parceiro de Schiff e Paul Warburg. Ver Birmingham (1977, pp. 21, 209-10, 383, apêndice) e Attali (1986, p. 53).

Câmara de Nova York para voltar com um plano de reforma monetária.

Em resposta, Vanderlip propôs que a comissão de cinco homens fosse composta por ele mesmo; Schiff; JP Morgan; George Baker, do First National Bank of New York, o associado mais próximo e mais antigo de Morgan; e ex-secretário do Tesouro Lyman Gage, agora presidente da US Trust Company controlada por Rockefeller. Assim, a comissão seria composta por dois homens Rockefeller (Vanderlip e Gage), dois homens Morgan (Morgan e Baker) e um representante de Kuhn, Loeb.

No entanto, apenas Vanderlip estava disponível para servir, então a comissão teve que ser redesenhada. Além de Vanderlip, a partir de março de 1906, ali ficou, em vez de Schiff, seu amigo próximo Isidore Straus, diretor da R. H. Macy and Company. Em vez de Morgan e Baker, agora serviam dois homens de Morgan: Dumont Clarke, presidente do American Exchange National Bank e conselheiro pessoal de J. P. Morgan e Charles A.

Conant, tesoureiro da Morton and Company. O quinto homem era um veterano da Convenção Monetária de Indianápolis, John Claflin, da H. B. Claflin and Company, uma grande empresa atacadista incorporada. Subindo a bordo como secretário do novo comitê de moeda estava o velho amigo de Vanderlip, Joseph French Johnson, agora da Universidade de Nova York, que vinha pedindo um banco central desde 1900.

A comissão usou a velha técnica de questionário de Indianápolis: adquirir legitimidade enviando um questionário detalhado sobre moeda a vários líderes financeiros. Com Johnson encarregado de enviar e reunir as respostas do questionário, Conant passava seu tempo visitando e entrevistando os chefes dos bancos centrais na Europa.

A comissão especial entregou seu relatório à Câmara de Nova York em outubro de 1906. Para eliminar a instabilidade e o perigo de uma moeda inelástica, a comissão requereu a criação de um "banco central de emissão sob o controle do

governo". De acordo com outros reformadores bancários, como o professor Abram Piatt Andrew, da Universidade de Harvard, Thomas Nixon Carver, de Harvard, e Albert Strauss, sócio do J. P. Morgan and Company, a comissão desprezou a tentativa do secretário Shaw de usar o Tesouro como banco central. Shaw era particularmente desagradável porque ainda insistia, em seu último relatório anual de 1906, que o Tesouro, sob sua égide, havia constituído um "grande banco central".

A comissão, junto com os outros reformadores, denunciou o Tesouro por superinflar ao manter as taxas de juros excessivamente baixas; um banco central, em contraste, teria capital muito maior e controle indiscutível sobre o mercado monetário e, portanto, seria capaz de manipular a taxa de desconto de forma eficaz para manter a economia sob controle adequado. O ponto importante, declarou o comitê, é que haja "centralização da responsabilidade financeira". Nesse meio tempo, além de estabelecer um banco central, o comitê pediu que, pelo menos, os poderes

do banco nacional para emitir notas fossem expandidos para incluir a base de ativos gerais, bem como títulos do governo (Livingston 1986, pp. 159-164).

Depois de redigir e publicar este "Relatório de Moedas", os reformadores usaram o relatório como alavanca para aumentar a agitação por um banco central e poderes mais amplos de emissão de notas para outras instituições corporativas e financeiras. O próximo passo foi a poderosa Associação Americana de Banqueiros (AAB). Em 1905, o conselho executivo da AAB havia nomeado um comitê de moeda que, no ano seguinte, recomendava uma moeda de emergência que seria emitida por uma comissão federal, assemelhando-se a um banco central embriônico.

Em uma tumultuada sessão plenária da convenção da AAB em outubro de 1906, a AAB rejeitou esse plano, mas concordou em nomear uma comissão de moeda de 15 homens que foi instruída a se reunir com o comitê de moeda da Câmara

de Nova York e tentar chegar a um acordo sobre a legislação apropriada.

Particularmente proeminentes na comissão de moeda da AAB foram,

Arthur Reynolds, presidente do Des Moines National Bank, próximo ao Des Moines Regency, orientado por Morgan, e irmão do proeminente banqueiro de Chicago, George M. Reynolds, ex-Des Moines e então presidente do Continental National Bank of Chicago, orientado por Morgan e o poderoso presidente do conselho executivo da AAB.

James B. Forgan, presidente do First National Bank of Chicago, dirigido por Rockefeller, e amigo íntimo de Jacob Schiff de Kuhn, Loeb, bem como de Vanderbilt.

Joseph T. Talbert, vice-presidente do Commercial National Bank of Chicago, dominado por Rockefeller, e que logo se tornará vice-presidente do principal banco de Rockefeller, o National City Bank of New York.

Myron T. Herrick, um dos mais proeminentes políticos e empresários de Rockefeller do país. Herrick era o presidente da Cleveland Society of Savings, e fazia parte da pequena equipe de aliados comerciais próximos de Rockefeller que, junto com Mark Hanna, socorreram o governador William McKinley da falência em 1893. Herrick havia sido presidente da AAB, tinha acabado de terminar um mandato de dois anos como governador de Ohio, e mais tarde se tornaria embaixador na França sob seu velho amigo e aliado político William Howard Taft, bem como mais tarde sob o presidente Warren G. Harding, também recebedor do apoio político e a generosidade financeira de Herrick.

O presidente da comissão da AAB era A. Barton Hepburn, presidente de um dos principais bancos comerciais Morgan, o Chase National Bank of New York, e autor do conceituado *History of Coinage and Currency in the United States*.

Depois de se reunir com Vanderlip e Conant como representantes do comitê

da Câmara de Nova York, a comissão da AAB, juntamente com Vanderlip e Conant, concordou com pelo menos as demandas de transição dos reformadores. A comissão da AAB apresentou propostas ao público, à imprensa e ao Congresso em dezembro de 1906, para uma moeda de ativos mais amplos, bem como provisões para emissão emergencial de notas pelos bancos nacionais.

Mas assim que o sentimento por uma moeda de ativos mais amplos se tornou proeminente, os reformadores bancários começaram a se preocupar com a adoção descontrolada de tal moeda. Pois isso significaria que o crédito e as notas dos bancos nacionais se expandiriam e que, no sistema existente, os pequenos bancos estaduais poderiam piramidar e inflacionar o crédito em cima do crédito nacional, usando as notas dos bancos nacionais expandidas como suas reservas.

Os reformadores queriam uma inflação de crédito controlada e confinada aos grandes bancos nacionais; eles enfaticamente não queriam uma inflação

descontrolada dos bancos estaduais que desviaria recursos para pequenos empresários e produtores marginais "especulativos". O problema foi agravado pela taxa acelerada de aumento no número de pequenos bancos estaduais do sul e do oeste após 1900.

Outro grave problema para os reformadores era que o título comercial era um sistema diferente do europeu. Na Europa, título comercial e, portanto, ativos bancários, eram notas de transferíveis endossadas por um pequeno grupo de ricos bancos de aceitação.² Em contraste com

² [Nota do tradutor] Banco de aceitação ou casa de aceitação era uma instituição principalmente britânica especializada na aceitação e garantia de letras de câmbio, facilitando assim o empréstimo de dinheiro. Eles assumiram outras funções à medida que o uso de contas diminuiu, retornando à sua função original mais ampla de banco comercial.

esse sistema de título de aceitação, o título comercial nos Estados Unidos era um título intransferível não endossado, com o banco apostando na qualidade de crédito da empresa tomadora de empréstimo. Assim, um sistema financeiro descentralizado nos Estados Unidos não estava sujeito ao controle dos grandes banqueiros.

Preocupações com o sistema existente e, portanto, com a moeda de ativos descontrolada foram expressas pelos principais reformadores dos bancos. Assim, Vanderlip expressou preocupação de que "há tantos bancos estaduais que podem contar essas notas [do banco nacional] em suas reservas". Schiff advertiu que "será imprudente, se não perigoso, dar a seis mil bancos ou mais o privilégio de emitir independentemente uma moeda puramente de crédito". E, do lado de Morgan, uma preocupação semelhante foi expressa por Victor Morawetz, o poderoso presidente do conselho da Atchison, Topeka and Santa Fe Railroad (Livingston 1986, pp. 168-169).

Assumindo a liderança na abordagem desse problema dos pequenos bancos e da descentralização estava Paul Moritz Warburg, de Kuhn, Loeb, recém-saído de sua experiência bancária na Europa. Em janeiro de 1907, Warburg deu início a anos de agitação incansável pelos bancos centrais com dois artigos, "Defeitos e necessidades de nosso sistema bancário" e "Um plano para um banco central modificado".³

Pedindo abertamente por um banco central, Warburg apontou que uma das funções importantes de tal banco seria restringir a elegibilidade do ativos bancários a serem utilizados para expansão de depósitos bancários. Presumivelmente, também, o banco central pode passar a

³ Veja a coleção de ensaios de Warburg em Paul M. Warburg (1930; 1914, pp. 387-612).

exigir que os bancos usem títulos de aceitação ou tentem criar um mercado de aceitação nos Estados Unidos.⁴

No verão de 1907, a revista *Bankers* estava reportando um declínio no apoio de banqueiros influentes pela moeda de ativos ampliados e um forte movimento em direção ao "projeto do banco central". A revista *Bankers* (1907, pp. 314-315) observou como uma razão crucial o fato de que a moeda de ativos estaria

⁴ Quando o Federal Reserve System foi estabelecido, Warburg se gabou de seu papel crucial em persuadir o Fed a criar um mercado de aceitação nos Estados Unidos, concordando em comprar todos os títulos de aceitação disponíveis de alguns grandes bancos de aceitação a taxas subsidiadas. Dessa forma, o Fed forneceu um canal descontrolado para a expansão inflacionária do crédito. O programa de aceitação ajudou a pavimentar o caminho para a quebra de 1929.

expandindo os serviços bancários para "pequenos produtores e comerciantes".

Certamente não foi por acaso que o próprio Warburg foi o principal beneficiário dessa política. Warburg tornou-se Presidente do Conselho, desde a sua fundação em 1920, do International Acceptance Bank, o maior banco de aceitação do mundo, bem como diretor do Westinghouse Acceptance Bank e de várias outras casas de aceitação. Em 1919, Warburg foi o principal fundador e presidente do comitê executivo do American Acceptance Council, a associação comercial de casas de aceitação. (Ver Rothbard 1983, pp. 119–23).

O Pânico de 1907 e a mobilização por um Banco Central

Uma grave crise financeira, o Pânico de 1907, ocorreu no início de outubro. Não apenas houve uma recessão e contração gerais, mas os principais bancos de Nova York e Chicago foram, como na maioria das outras depressões da história americana, autorizados pelo governo a suspender pagamentos em espécie; isto é, continuarem em operação enquanto são desobrigados de sua obrigação contratual de resgatar suas notas e depósitos em dinheiro vivo ou em ouro.

Embora o Tesouro tenha estimulado a inflação durante 1905-1907, não havia nada que ele pudesse fazer para evitar suspensões de pagamento ou para aliviar "o acúmulo competitivo de moeda" após o pânico; isto é, a tentativa de exigir dinheiro vivo em troca de notas bancárias e depósitos cada vez mais instáveis.

Muito rapidamente após o pânico, a opinião de banqueiros e empresários se consolidou em prol de um banco central, uma instituição que poderia regular a economia e servir como credor de última instância para salvar os bancos de problemas. Os reformadores agora enfrentavam uma dupla tarefa: elaborar os detalhes de um novo banco central e, mais importante, mobilizar a opinião pública a seu favor.

O primeiro passo para essa mobilização foi conquistar o apoio dos acadêmicos e especialistas do país. A tarefa foi facilitada pela crescente aliança e simbiose entre a academia e a elite dominante. Duas organizações que se mostraram particularmente úteis para essa mobilização foram a Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais (AACPS) da Filadélfia e a Academia de Ciências Políticas (ACP) da Universidade de Columbia, ambas tendo como membros líderes empresariais progressistas corporativistas, financistas, advogados e acadêmicos.

Nicholas Murray Butler, o presidente altamente influente da Universidade de Columbia, explicou que a Academia de Ciências Políticas "é um intermediário entre ... os estudiosos e os homens de negócios, aqueles que talvez possam ser considerados amadores em estudos". Aqui, ele salientou, é onde eles "se unem" (Livingston 1986, p. 175, n. 30).

Não surpreende, então, que a Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais, a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAC) e a Universidade de Columbia tenham realizado três simpósios durante o inverno de 1907-1908, cada um requerendo um banco central, e, assim, disseminando a mensagem de um banco central para um público de elite cuidadosamente selecionado. Não surpreendentemente, também, E. R. A. Seligman foi o organizador da conferência de Columbia, satisfeito por sua universidade estar fornecendo uma plataforma para os principais banqueiros e jornalistas financeiros defenderem um banco central, ele, de modo especial,

acrescentou, porque "é proverbialmente difícil em uma democracia garantir uma audiência para as conclusões dos especialistas." Então, em 1908, Seligman reuniu os discursos em um volume, *The Currency Problem*.

O professor Seligman deu o tom da reunião em seu discurso de abertura. O Pânico de 1907, alegou ele, foi moderado porque seus efeitos foram atenuados pelo crescimento dos trustes industriais, que proporcionaram um "ajuste mais controlado e mais correto do investimento presente às necessidades futuras" do que uma "horda de pequenos concorrentes". Dessa forma, Seligman não demonstrou nenhuma compreensão de como os mercados competitivos facilitam os ajustes.

Um grande problema, no entanto, ainda permanecia para Seligman. A horda de pequenos concorrentes, que Seligman tanto desprezava, ainda prevalecia no campo da moeda e do setor bancário. O problema era que o sistema bancário ainda era descentralizado. Como Seligman declarou: "Ainda mais importante do

que a inelasticidade de nossa emissão de notas é sua descentralização. A luta que foi travada vitoriosamente em todos os outros lugares [na criação de trustes] deve ser empreendida aqui com seriedade e com vigor" (Livingston 1986, p. 177).

O discurso seguinte foi o de Frank Vanderlip. Para Vanderlip, em contraste com Seligman, o Pânico de 1907 foi "uma das grandes calamidades da história" – o resultado de um sistema bancário americano descentralizado e competitivo, com 15.000 bancos competindo vigorosamente pelo controle das reservas de dinheiro. O terrível é que "cada instituição está sozinha, preocupada em primeiro lugar com sua própria segurança, e não contendo esforços para acumular reservas sem levar em conta" o efeito de tais ações em outras instituições bancárias.

Esse sistema atrasado deve ser mudado, para seguir o exemplo de outras grandes nações, onde um banco central é capaz de mobilizar e centralizar reservas e criar um sistema monetário elástico. Colocando a situação em termos

virtualmente marxistas, Vanderlip declarou que o poder estrangeiro e externo do mercado livre e competitivo deve ser substituído pelo controle central seguindo princípios bancários modernos e supostamente científicos.

Thomas Wheelock, editor do *Wall Street Journal*, então expressou o mesmo tema de forma variada, aplicando-o ao volátil mercado de empréstimos de Nova York. O mercado é volátil, afirmou Wheelock, porque os pequenos bancos country são capazes de emprestar nesse mercado, e seus depósitos nos bancos de Nova York sobem e caem de forma descontrolada. Portanto, deve haver um controle corporativo central sobre o dinheiro do banco country no mercado de empréstimos sem prazo (empréstimo resgatável quando solicitado).

A. Barton Hepburn, chefe do Morgan's Chase National Bank, veio em seguida, e falou da grande importância de ter um banco central que emitisse o monopólio das notas bancárias. Era particularmente importante que o banco central

pudesse descontar os ativos dos bancos nacionais e, assim, fornecer uma moeda elástica.

O último orador foi Paul Warburg, que fez uma palestra sobre a superioridade dos bancos europeus sobre os americanos, particularmente por (1) ter um banco central, em contraste com os bancos americanos descentralizados; e (2) – seu habitual tema favorito – desfrutar de um título de aceitação "moderno" em vez de notas promissórias intransferíveis. Warburg enfatizou que essas duas instituições devem funcionar juntas. Em particular, o controle rígido do banco central pelo governo deve substituir a competição e a descentralização: "Bancos pequenos constituem um perigo".

Os outros dois simpósios foram muito semelhantes. No simpósio da AAPSS na Filadélfia, em dezembro de 1907, vários importantes banqueiros de investimento e o Controlador da Moeda William B. Ridgely se manifestaram a favor de um banco central. Não foi por acaso que os membros do comitê consultivo da

AACPS sobre moeda incluíam A. Barton Hepburn; o advogado de Morgan e estadista Elihu Root; o advogado pessoal de longa data de Morgan, Francis Lynde Stebson; e o próprio J. P. Morgan.

Enquanto isso, o simpósio da AAAC em janeiro de 1908 foi organizado por ninguém menos que Charles A. Conant, que por acaso era presidente da seção social e econômica da AAAC naquele ano. Os palestrantes incluíram o economista da Universidade de Columbia J. B. Clark, Frank Vanderlip, Conant e o amigo de Vanderlip, George E. Roberts, chefe do Commercial National Bank of Chicago, orientado por Rockefeller, que mais tarde acabaria no National City Bank.

Em suma, a tarefa dos reformadores bancários foi bem resumida por J. R. Duffield, secretário da Bankers Publishing Company, em janeiro de 1908: entre os banqueiros, e mais tarde entre as organizações comerciais e, finalmente, entre o povo como um todo." Essa estratégia estava bem encaminhada.

Durante o mesmo mês, a liderança legislativa na reforma bancária foi tomada pelo formidável senador Nelson W. Aldrich, (republicano, Rhode Island), chefe do Comitê de Finanças do Senado e, como sogro de John D. Rockefeller, Jr., o homem de Rockefeller no Senado dos EUA. Ele apresentou o projeto de lei Aldrich, que se concentrava em uma disputa interbancária relativamente menor sobre se e com que base os bancos nacionais poderiam emitir moeda especial de emergência. Um compromisso foi finalmente elaborado e aprovado, como a Lei Aldrich-Vreeland, em 1908.¹

Mas a parte importante da Lei Aldrich-Vreeland, que recebeu muito pouca atenção do público, mas foi

¹ A provisão de moeda de emergência foi usada apenas uma vez, pouco antes do vencimento da provisão, em 1914, após o estabelecimento do Federal Reserve System.

perceptivelmente saudada pelos reformadores dos bancos, foi o estabelecimento de uma Comissão Monetária Nacional que investigaria a questão da moeda e sugeriria propostas para uma reforma bancária abrangente. Dois comentários entusiasmados sobre a Comissão Monetária foram particularmente perspicazes e proféticos.

Um foi o de Sereno S. Pratt, do *Wall Street Journal*. Pratt praticamente admitiu que o objetivo da comissão era sobrecarregar o público com uma suposta expertise e, assim, "educa-lo" para apoiar a reforma bancária:

A reforma só pode ser realizada educando as pessoas para apoiar-la, e essa educação deve necessariamente levar muito tempo. De nenhuma outra maneira tal educação pode ser efetuada de forma mais completa e rápida do que por meio de uma comissão ... [que] faria um estudo internacional do assunto e apresentaria um relatório completo, que poderia ser a

base para uma agitação inteligente.

Os resultados do "estudo" foram, é claro, predeterminados, assim como os membros da comissão de estudos supostamente imparciais.

Outra função da comissão, conforme declarado por Festus J. Wade, banqueiro de St. Louis e membro da comissão monetária da Associação Americana de Banqueiros, era "manter a questão financeira fora da política" e colocá-la diretamente sob a custódia segura de "especialistas" cuidadosamente selecionados (Livingston 1986, pp. 182-183). Assim, a Comissão Monetária Nacional foi a apoteose do conceito de comissão inteligente, lançado em Indianápolis uma década antes.

Aldrich não perdeu tempo em criar a Comissão Monetária Nacional (CMN), que foi lançada em junho de 1908. Os membros oficiais eram um número igual de senadores e deputados, mas estes eram mera fachada. O trabalho real seria feito pela copiosa equipe, nomeada e

dirigida por Aldrich, que disse a seu colega na Câmara, o republicano de Cleveland Theodore Burton: "Minha ideia é, obviamente, que tudo seja feito da maneira mais silenciosa possível, e sem qualquer anúncio público." Desde o início, Aldrich determinou que a CMN seria executada como uma aliança de Rockefeller, Morgan e Kuhn, Loeb. Os dois principais cargos de especialistas aconselhando ou ingressando na comissão foram sugeridos pelos líderes do Morgan.

Seguindo o conselho de J. P. Morgan, apoiado por Jacob Schiff, Aldrich escolheu como seu principal conselheiro o formidável Henry P. Davison, sócio de Morgan, fundador da Morgan's Bankers' Trust Company e vice-presidente do First National Bank of New York de George F. Baker. Seria Davison quem, na eclosão da Primeira Guerra Mundial, correria para a Inglaterra para cimentar os laços estreitos da J. P. Morgan and Company com o Banco da Inglaterra e receberia uma nomeação como segurador do monopólio de todos os títulos do governo britânico e

francês a serem lançados nos Estados Unidos durante a guerra.

Para conhecimento técnico econômico, Aldrich aceitou a recomendação do amigo íntimo do presidente Roosevelt e colega de Morgan, Charles Eliot, presidente da Universidade de Harvard, que pediu a nomeação do economista de Harvard A. Piatt Andrew. E um membro *ex officio* da comissão escolhido pelo próprio Aldrich foi George M. Reynolds, presidente do Continental National Bank of Chicago, orientado por Rockefeller.

A CMN passou o outono viajando pela Europa e conferenciando informações e estratégias com chefes de grandes bancos europeus e bancos centrais. Como diretor de pesquisa, A. Piatt Andrew começou a organizar especialistas bancários americanos e a encomendar relatórios e estudos. O departamento de câmbio do National City Bank foi contratado para escrever artigos sobre aceitações de banqueiros e dívida externa, enquanto o funcionário de Warburg e Bankers' Trust,

Fred Kent, escreveu sobre o mercado de descontos europeu.

Tendo reunido informações e conselhos na Europa no outono de 1908, a CMN estava pronta para acelerar a velocidade máxima até o final do ano. Em dezembro, a comissão contratou o inevitável Charles A. Conant para pesquisa, relações públicas e *agitprop*. Por trás da fachada dos congressistas e senadores da comissão, o senador Aldrich começou a formar e expandir seu círculo íntimo, que logo incluiu Warburg e Vanderlip.

Warburg formou ao seu redor um subcírculo de amigos e conhecidos do comitê de câmbio da Associação de Comerciantes de Nova York, chefiado por Irving T. Bush, e dos altos escalões da Associação Econômica Americana, a quem ele havia feito um discurso defendendo o banco central em dezembro de 1908.

Warburg encontrava-se e correspondia-se frequentemente com os principais economistas acadêmicos que defendiam a reforma bancária, incluindo E. R.

A. Seligman; Thomas Nixon Carver de Harvard; Henry R. Seager da Universidade de Columbia; Davis R. Dewey, historiador do setor bancário do MIT, secretário-tesoureiro de longa data da AEA e irmão do filósofo progressista John Dewey; Oliver M. W. Sprague, professor de sistema bancário em Harvard, da família Sprague ligada a Morgan; Frank W. Taussig de Harvard; e Irving Fisher de Yale.

Durante 1909, no entanto, os reformadores enfrentaram um grave problema: eles tiveram que seriamente alinhar banqueiros importantes como James B. Forgan, chefe do First National Bank of Chicago, orientado por Rockefeller, com o apoio a um banco central. Não que Forgan se opusesse a reservas centralizadas ou a um credor de última instância – muito pelo contrário, foi Forgan que reconheceu que, sob o Sistema Bancário Nacional, grandes bancos como o seu já estavam praticamente desempenhando funções de bancos centrais com seus próprios depositantes de bancos country; e ele não queria que seu banco fosse

privado de tais funções por um novo banco central.

Os reformadores bancários, portanto, não mediram esforços para fazer com que homens como Forgan apoiassem entusiasticamente o novo esquema. Em seu discurso presidencial para a poderosa Associação Americana de Banqueiros em meados de setembro de 1909, George M. Reynolds não apenas se manifestou categoricamente a favor de um banco central nos EUA, a ser modelado segundo o Reichsbank alemão; ele também assegurou a Forgan e outros que tal banco central atuaria como depositário de reservas apenas para os grandes bancos nacionais nas cidades centrais de reservas, enquanto os bancos nacionais continuariam a manter depósitos para os bancos country.

Tranquilizado, Forgan realizou uma conferência privada com o círculo íntimo de Aldrich e aderiu totalmente ao banco central. Como resultado das preocupações de Forgan, os reformadores decidiram encobrir seu novo banco central com um véu espúrio de "regionalismo" e

"descentralismo" por meio do estabelecimento de centros de reservas regionais, que dariam a aparência de bancos centrais regionais virtualmente independentes para encobrir a realidade de um monólito ortodoxo, europeu, de banco central.

Como resultado, o famoso advogado ferroviário Victor Morawetz fez seu famoso discurso em novembro de 1909, pedindo distritos bancários regionais sob a direção suprema de um conselho de controle central. Assim, as reservas e emissão de notas seriam supostamente descentralizadas nas mãos dos bancos regionais de reservas, enquanto na verdade seriam centralizadas e coordenadas pelo conselho central de controle. Este, é claro,

foi o esquema eventualmente adotado no Federal Reserve System.²

Em 14 de setembro, ao mesmo tempo do discurso de Reynolds aos banqueiros do país, outro discurso significativo ocorreu. O presidente William Howard Taft, falando em Boston, sugeriu que o

² Victor Morawetz foi um eminente advogado no âmbito de Morgan, que atuou como presidente do comitê executivo da Atchison, Topeka and Santa Fe Railway, e membro do conselho do Banco Nacional de Comércio, dominado por Morgan. Em 1908, Morawetz, juntamente com o advogado pessoal de J. P. Morgan, Francis Lynde Stetson, foram os principais redatores de um projeto de lei malsucedido Morgan-National Civic Federation para uma lei federal de incorporação para regular e cartelizar as corporações americanas. Mais tarde, Morawetz seria um dos principais consultores de outra reforma "progressista" de Woodrow Wilson, a Federal Trade Commission. Sobre Morawetz, ver Rothbard (1984, p. 99).

país considerasse seriamente a criação de um banco central. Taft esteve próximo dos reformadores – especialmente seus amigos Aldrich e Burton, orientados por Rockefeller – desde 1900. Mas a imprensa de negócios entendeu o grande significado desse discurso público: que era, como o *Wall Street Journal* colocou, um passo crucial, "para remover o assunto do reino da teoria para o da política prática" (citado em Livingston 1986, p. 191).

Uma semana depois, ocorreu um evento fatídico na história americana. Os reformadores bancários avançaram para intensificar sua agitação criando um sistema intrincado unindo virtualmente governo-banco-imprensa para abrir o caminho para um banco central. Em 22 de setembro de 1909, o *Wall Street Journal* assumiu a liderança nesse desenvolvimento, iniciando uma notável série de 14 partes de primeira página sobre "Um Banco Central de Emissão". Estes eram editoriais não assinados pelo *Journal*, mas na verdade foram escritos pelo onipresente Charles A. Conant, de seu ponto de vista

como propagandista-chefe assalariado da Comissão Monetária Nacional do governo dos EUA.

A série era um resumo da posição dos reformadores, também não medindo esforços para assegurar aos Forgens deste mundo que o novo banco central "provavelmente lidaria diretamente apenas com os maiores bancos nacionais, deixando para estes últimos redescotar para seus correspondentes mais remotos" (ibid.).

Aos argumentos padrão para o banco central: "elasticidade" da oferta monetária, proteger as reservas bancárias manipulando a taxa de desconto e o fluxo internacional de ouro e combater crises resgatando bancos individuais, Conant acrescentou um toque pessoal: a importância de regular as taxas de juros e o fluxo de capitais em um mundo marcado pelo capital excedente. A dívida do governo teria, para Conant, a importante função de absorver o capital excedente; isto é, fornecer saídas lucrativas para a poupança financiando os gastos do governo.

A série do *Wall Street Journal* inaugurou uma campanha astuta e bem-sucedida de Conant para manipular a imprensa do país e colocá-la por trás da ideia de um banco central. Com base em sua experiência em 1898, Conant, juntamente com o secretário de Aldrich, Arthur B. Shelton, preparou resumos de materiais da comissão para os jornais durante fevereiro e março de 1910. Logo Shelton recrutou J. P. Gavitt, chefe do escritório da Washington da *Associated Press*, para vasculhar resumos de comissões, artigos e livros futuros em busca de "parágrafos de notícias" para chamar a atenção dos editores de jornais.

As organizações acadêmicas se mostraram particularmente úteis para a CMN, emprestando seu manto de conhecimento imparcial ao empreendimento. Em fevereiro, Robert E. Ely, secretário da ACP, propôs a Aldrich que um volume especial de seus Anais fosse dedicado à reforma bancária e monetária, a ser publicado em cooperação com a CMN, a fim de "popularizar no melhor sentido, alguns

dos valiosos trabalhos da Comissão" (citado em Livingston 1986, p. 194).

E, no entanto, Ely teve a ousadia de acrescentar que, embora a ACP divulgasse os argumentos e conclusões da CMN, ela manteria sua "objetividade" evitando suas próprias recomendações políticas específicas. Como disse Ely: "Não defenderemos um banco central, mas apenas forneceremos os melhores resultados de seu trabalho de forma condensada e linguagem não técnica".

A AACPS também contribuiu com seu próprio volume especial, *Banking Problems* (1910), apresentando uma introdução de A. Piatt Andrew, de Harvard e da CMN, e artigos de veteranos reformadores bancários como Joseph French Johnson, Horace White e Fred I. Kent, funcionário do Morgan Bankers' Trust. Mas a maioria dos artigos era de líderes do National City Bank of New York, de Rockefeller, incluindo George E. Roberts, ex-banqueiro de Chicago e funcionário da Casa da Moeda dos EUA prestes a ingressar no National City.

Enquanto isso, Paul M. Warburg encerrou sua longa campanha por um banco central em um famoso discurso na YMCA de Nova York em 23 de março, sobre "Um Banco de Reserva Unido para os Estados Unidos". Warburg basicamente delineou a estrutura de seu amado Reichsbank alemão, mas teve o cuidado de começar sua palestra observando uma pesquisa recente no *Banking Law Journal* de que 60% dos banqueiros do país eram a favor de um banco central desde que "não fosse controlado por 'Wall Street' ou qualquer interesse monopolista."

Para acalmar esse medo, Warburg insistiu que, semanticamente, o novo Reserve Bank não fosse chamado de banco central, e que o conselho de administração do Reserve Bank fosse escolhido por membros do governo, comerciantes e banqueiros – com banqueiros, é claro, dominando as escolhas. Ele também deu um distinto toque de Warburg ao insistir que o Reserve Bank substituísse o odiado sistema de crédito comercial intransferível dominante nos Estados Unidos pelo

sistema europeu no qual um banco de reserva provia um mercado garantido e subsidiado para notas comerciais transferíveis endossadas por bancos de aceitação. Desta forma, o United Reserve Bank corrigiria a "completa falta de letras de câmbio modernas [ou seja, aceitações]" nos Estados Unidos.

Warburg acrescentou que toda a ideia de um mercado livre e autorregulado era obsoleta, principalmente no mercado monetário. Em vez disso, a ação do mercado deve ser substituída pelo "melhor julgamento dos melhores especialistas". E adivinhe quem estava programado para ser um dos melhores desses melhores especialistas?

O maior incentivador do plano Warburg, e o homem que introduziu o volume de Warburg sobre a reforma bancária (1911) era seu parente e membro da família de bancos de investimento Seligman, o economista da Columbia E. R. A. Seligman (Rothbard 1984, pp. 98-99; Livingston 1986, pp. 194-98).

A Associação dos Comerciantes de Nova York ficou tão encantada com o discurso de Warburg que distribuiu 30.000 exemplares durante a primavera de 1910. Warburg abriu o caminho para esse apoio reunindo-se regularmente com o comitê de moeda da Associação dos Comerciantes desde outubro de 1908, e seus esforços foram ajudados pelo fato de que o especialista residente do comitê de comerciantes era ninguém menos que Joseph French Johnson.

Ao mesmo tempo, na primavera de 1910, os numerosos volumes de pesquisa publicados pela CMN chegaram ao mercado. O objetivo era inundar a opinião pública com uma abundância de estudos analíticos e históricos impressionantes, todos supostamente "científicos" e "isentos de juízo de valor", mas todos projetados para ajudar a promover a agenda comum de um banco central.

Um exemplo típico foi o gigantesco estudo estatístico de E. W. Kemmerer sobre variações sazonais na demanda por moeda. A ênfase foi colocada no problema

da "inelasticidade" da oferta de moeda, em particular a dificuldade de expandir essa oferta quando necessário. Embora Kemmerer se sentisse impedido de explicar as implicações políticas – estabelecer um banco central – no livro, seus agradecimentos no prefácio a Fred Kent e ao inevitável Charles Conant deixaram uma pista para os que prestaram atenção, e o próprio Kemmerer as revelou em seu discurso para a Academia de Ciências Políticas em novembro.

Agora que as bases teóricas e acadêmicas haviam sido lançadas, na segunda metade de 1910 era hora de formular um plano prático concreto e dar um golpe poderoso a seu favor. No livro *Reform of the Currency*, publicado pela ACP, Warburg colocou a questão com clareza cristalina: "O avanço só é possível traçando um plano tangível" que definiria os termos do debate a partir de então (p. 203).

A fase do plano tangível do movimento do banco central foi lançada pela sempre flexível ACP, que realizou uma

conferência monetária em novembro de 1910, em conjunto com a Câmara de Comércio de Nova York e a Associação dos Comerciantes de Nova York. Os membros da CMN foram os convidados de honra deste conclave, e os representantes foram escolhidos por governadores de 22 estados, além de presidentes de 24 câmaras de comércio.

Também estiveram presentes um grande número de economistas, analistas monetários e representantes da maioria dos principais bancos do país. Os participantes da conferência incluíram Frank Vanderlip, Elihu Root, Thomas W. Lamont dos Morgans, Jacob Schiff e J. P. Morgan.

As sessões formais da conferência foram organizadas em torno de documentos de Kemmerer, Laughlin, Johnson, Bush, Warburg e Conant, e a atmosfera geral era de que banqueiros e empresários deveriam tomar suas orientações gerais dos acadêmicos participantes. Como disse James B. Forgan, o banqueiro de Chicago que agora estava solidamente do lado dos bancos centrais, "Deixe os teóricos,

aqueles que... podem estudar a partir da história passada e das condições presentes o efeito do que estamos fazendo, estabelecerem princípios para nós e deixe-nos ajudá-los com os detalhes”.

C. Stuart Patterson apontou as grandes lições da Comissão Monetária de Indianápolis e a maneira como suas propostas triunfaram na batalha porque "nós voltamos para casa e organizamos um movimento agressivo e ativo". Patterson então determinou o que isso significaria concretamente para as tropas reunidas: "Isso é exatamente o que você deve fazer neste caso, você deve apoiar as mãos do senador Aldrich. Você tem que garantir que o projeto de lei que ele formula ... obtenha o apoio de todas as partes deste país" (Livingston 1986, pp. 205-207).

Com a conferência monetária de Nova York terminada, agora era hora de Aldrich, cercado por alguns dos mais altos líderes da elite financeira, se isolar e elaborar um plano detalhado em torno do qual todas as partes do movimento do banco central poderiam se unir. Alguém

no círculo íntimo de Aldrich, provavelmente o sócio de Morgan Henry P. Davison, teve a ideia de convocar um pequeno grupo de líderes do alto escalão em um conclave supersecreto para redigir o projeto de lei do banco central. Em 22 de novembro de 1910, o senador Aldrich, com um punhado de companheiros, partiu em um vagão particular de Hoboken, Nova Jersey para a costa da Geórgia, onde pegaram um barco até um retiro exclusivo, o Jekyll Island Club.

As instalações para a reunião foram organizadas pelo membro do clube e co-proprietário J. P. Morgan. A reportagem de capa divulgada à imprensa era que se tratava de uma simples expedição de caça de patos, e os conferencistas tomaram precauções elaboradas nas viagens de ida e volta para preservar seu sigilo. Assim, os participantes se dirigiam apenas pelo primeiro nome, e o vagão foi mantido escuro e fechado para repórteres ou outros viajantes no trem. Um repórter aparentemente entendeu o propósito da reunião, mas foi de alguma forma

persuadido por Henry P. Davison a manter o silêncio.

Os conferencistas trabalharam durante uma semana inteira em Jekyll Island para elaborar o rascunho do projeto de lei do Federal Reserve. Além de Aldrich, os conferencistas incluíram Henry P. Davison, sócio de Morgan; Paul Warburg, cujo discurso na primavera impressionou muito Aldrich; Frank A. Vanderlip, vice-presidente do National City Bank of New York; e, finalmente, A. Piatt Andrew, chefe da equipe da CMN, que recentemente havia sido nomeado secretário adjunto do tesouro pelo presidente Taft.

Após uma semana de reuniões, os seis homens forjaram um plano para um banco central, que acabou se tornando o projeto de lei Aldrich. Vanderlip atuou como secretário da reunião e contribuiu com a redação final.

A única discordância substancial foi tática, com Aldrich tentando defender um banco central direto no modelo europeu, enquanto Warburg e os outros

banqueiros insistiam que a realidade do controle central fosse envolta na camuflagem politicamente palatável da "descentralização". É engraçado que os banqueiros fossem os mais politicamente astutos, enquanto o político Aldrich queria renunciar a considerações políticas. Warburg e os banqueiros venceram, e o rascunho final era basicamente o plano de Warburg com uma pátina descentralizada tirada de Morawetz.

A elite do poder financeiro agora tinha seu próprio projeto de lei. O significado da composição da pequena reunião deve ser enfatizado: dois homens de Rockefeller (Aldrich, Vanderlip), dois Morgans (Davison e Norton), um de Kuhn, Loeb (Warburg) e um economista amigo de ambos os campos (Andrew) (Rothbard 1984, pp. 99-101; Vanderlip 1935, pp. 210-19).

Depois de trabalhar em algumas revisões do rascunho de Jekyll Island com Forgan e George Reynolds, Aldrich apresentou o rascunho de Jekyll Island como o Plano Aldrich para a CMN completo em

janeiro de 1911. Mas aqui ocorreu um evento incomum. Em vez de apresentar rapidamente este projeto de lei Aldrich ao Congresso, seus redatores esperaram um ano inteiro, até janeiro de 1912. Por que o inusitado atraso de um ano?

O problema foi que os democratas varreram as eleições para o Congresso em 1910 e Aldrich, desanimado, decidiu não concorrer à reeleição para o Senado no ano seguinte. O triunfo democrata significou que os reformadores tiveram que dedicar um ano de intensa agitação para converter os democratas e intensificar a propaganda para o resto do setor bancário, empresarial e público. Em suma, os reformadores precisavam se reagrupar e acelerar sua agitação.

A Fase Final: lidando com a supremacia democrata

A fase final do esforço para criar um banco central começou em janeiro de 1911. Na reunião anterior de janeiro do Conselho Nacional de Comércio, Paul Warburg havia aprovado uma resolução reservando 18 de janeiro de 1911 como um "dia monetário" dedicado a uma "Conferência Monetária de Empresários." Esta conferência, organizada pelo Conselho Nacional de Comércio, e com a participação de representantes de organizações mercantis metropolitanas de todo o país, teve C. Stuart Patterson como seu presidente.

A Câmara de Comércio de Nova York, a Associação de Comerciantes de Nova York e a Bolsa de Produtos de Nova York, cada uma das quais vinha pressionando pela reforma bancária nos últimos cinco anos, apresentaram uma resolução conjunta à conferência monetária

apoiando o Plano Aldrich, e propondo o estabelecimento de uma nova "liga de reforma monetária dos empresários" para liderar a luta pública por um banco central. Após um discurso a favor do plano de A. Piatt Andrew, toda a conferência adotou a resolução. Em resposta, C. Stuart Patterson nomeou ninguém menos que Paul M. Warburg para chefiar um comitê de sete para estabelecer a liga reformista.

O comitê de sete astutamente decidiu, seguindo o exemplo da antiga convenção de Indianápolis, estabelecer a Liga Nacional dos Cidadãos para a Criação de um Sistema Bancário Sólido em Chicago, e não em Nova York, onde o controle realmente residia. A ideia era adquirir a pántina falsa de uma operação central "de base" e convencer o público de que a liga estava livre do temido controle de Wall Street. Como resultado, os chefes oficiais da Liga eram os empresários de Chicago John V. Farwell e Harry A. Wheeler, presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos. O diretor foi J. Laurence Laughlin, economista monetário da

Universidade de Chicago, auxiliado por seu ex-aluno, o professor H. Parker Willis.

De acordo com sua aura do Meio-Oeste, a maioria dos diretores da Liga dos Cidadãos eram industriais não-banqueiros de Chicago: homens como B. E. Sunny da Chicago Telephone Company, Cyrus McCormick da International Harvester (ambas empresas no âmbito de Morgan), John G. Shedd da Marshall Field and Company, Frederic A. Delano da Wabash Railroad Company (controlada por Rockefeller), e Julius Rosenwald da Sears, Roebuck. Mais de uma década depois, no entanto, H. Parker Willis admitiu abertamente que a Liga dos Cidadãos tinha sido um órgão de propaganda dos banqueiros da nação.¹

¹ O relato de Willis (1923, pp. 149-150), no entanto, convenientemente ignora o papel operacional dominante que ele e seu

A Liga dos Cidadãos intensificou suas atividades durante a primavera e o verão de 1911, publicando um periódico, *Banking and Reform*, destinado a alcançar editores de jornais, e subsidiando panfletos de especialistas pró-reforma como John Perrin, chefe do American National Bank of Indianapolis, e George E. Roberts do National City Bank of New York.

Um consultor na campanha do jornal foi H. H. Kohlsaas, ex-membro do comitê executivo da Convenção Monetária de Indianápolis. O próprio Laughlin trabalhou em um livro sobre o Plano Aldrich, para ser semelhante ao seu próprio Relatório de 1898 para a Convenção de Indianápolis.

Enquanto isso, uma campanha paralela foi lançada para convencer os

mentor, Laughlin, desempenharam na Liga dos Cidadãos. Ver também West (1977, p. 82).

banqueiros do país. O primeiro passo foi converter a elite bancária. Para esse fim, o círculo interno de Aldrich organizou uma conferência a portas fechadas com 23 principais banqueiros em Atlantic City no início de fevereiro, que incluiu vários membros da comissão monetária da Associação Americana de Banqueiros, juntamente com presidentes de bancos de nove cidades importantes do país. Depois de fazer algumas pequenas revisões, a conferência endossou calorosamente o Plano Aldrich.

Após essa reunião, o banqueiro de Chicago James B. Forgan, presidente do First National Bank de Chicago, dominado por Rockefeller, emergiu como o porta-voz mais eficaz do movimento do banco central. Não só sua apresentação do Plano Aldrich perante o conselho executivo da AAB em maio foi considerada particularmente impressionante, como também foi especialmente eficaz vinda de alguém que havia sido um dos principais críticos (embora por motivos relativamente secundários) do plano. Como resultado, os

principais banqueiros conseguiram fazer a AAB violar seus próprios estatutos e fazer de Forgan presidente de seu conselho executivo.

Na conferência de Atlantic City, James Forgan explicou sucintamente o propósito do Plano Aldrich e da própria conferência. Como Kolko resume,

o verdadeiro objetivo da conferência era debater sobre como convencer a comunidade bancária sobre o controle do governo diretamente pelos banqueiros para seus próprios fins... Foi geralmente considerado que o [Plano Aldrich] aumentaria o poder dos grandes bancos nacionais para competir com os bancos estaduais em rápido crescimento, ajudaria a controlar os bancos estaduais e fortaleceria a posição dos bancos nacionais nas atividades bancárias estrangeiras. (Kolko 1983, p. 186)

Em novembro de 1911, foi fácil conseguir que toda a Associação Americana de Banqueiros endossasse o Plano Aldrich. A comunidade bancária do país estava agora solidamente alinhada por trás do esforço para criar um banco central.

No entanto, 1912 e 1913 foram anos de alguma confusão, com constantes mudanças de opiniões e atrasos de decisões, quando o Partido Republicano se dividiu entre seus membros regulares e insurgentes, e os democratas conquistaram um controle crescente sobre o governo federal, culminando na conquista da presidência por Woodrow Wilson nas eleições de novembro de 1912. O Plano Aldrich, introduzido no Senado por Theodore Burton em janeiro de 1912, teve uma morte rápida, mas os reformadores viram que o que eles precisavam fazer era retirar o nome partidário agressivamente republicano de Aldrich do projeto, e com alguns pequenos ajustes, rebatizá-lo como se fosse uma medida democrata.

Felizmente para os reformadores, esse processo de transformação foi bastante facilitado no início de 1912, quando H. Parker Willis foi nomeado assistente administrativo de Carter Glass, o democrata da Virgínia que agora chefiava o Comitê Bancário e Monetário da Câmara. Em uma coincidência do destino, Willis havia ensinado economia aos dois filhos de Carter Glass na Washington and Lee University, e eles o recomendaram ao pai quando os democratas assumiram o controle da Câmara.

As minúcias das rupturas e manobras no campo da reforma bancária durante 1912 e 1913, que há muito fascinam os historiadores, são fundamentalmente triviais para a história básica. Em grande parte, giraram em torno dos esforços bem-sucedidos de Laughlin, Willis e os democratas para abandonar o nome Aldrich.

Além disso, embora os banqueiros tivessem preferido que o Conselho do Federal Reserve fosse nomeado pelos próprios banqueiros, ficou claro para a maioria dos reformadores que isso era

politicamente intragável. Eles perceberam que o mesmo resultado de um cartel coordenado pelo governo poderia ser alcançado fazendo com que o presidente e o Congresso nomeassem o Conselho, equilibrado pelos banqueiros elegendo a maioria dos membros dos Bancos da Reserva Federal regionais e elegendo um conselho consultivo para o Fed.

No entanto, muito dependeria de quem o presidente indicaria para o conselho. Os reformadores não tiveram que esperar muito. O controle foi prontamente entregue aos homens de Morgan, liderados por Benjamin Strong, do Bankers' Trust, como chefe todo-poderoso do Federal Reserve Bank de Nova York. Os reformadores haviam chegado ao ponto no final da disputa do Congresso sobre o projeto de lei Glass, e quando o projeto de lei do Federal Reserve foi aprovado em dezembro de 1913, o projeto teve apoio esmagador da comunidade bancária.

Como A. Barton Hepburn, do Chase National Bank, disse persuasivamente à Associação Americana de

Banqueiros na reunião anual de agosto de 1913: "A medida reconhece e adota os princípios de um banco central. De fato... ela fará com que todos os bancos incorporados sejam coproprietários de um poder central dominante" (Kolko 1983, p. 235). De fato, havia muito pouca diferença substantiva entre os projetos de Aldrich e Glass: o objetivo dos reformadores havia sido triunfalmente alcançado.²

² Sobre a identidade essencial dos dois planos, ver Friedman e Schwartz (1963, p. 17), Kolko (1983, p. 235) e Warburg (1930, caps. 8 e 9). Sobre as minúcias dos vários projetos de lei e as reações a eles, ver West (1977, pp. 79-135), Kolko (1983, pp. 186-89, 217-47) e Livingston (1986, pp. 217-26).

Sobre a captura do controle bancário no novo Federal Reserve System pelos Morgans e seus aliados, e sobre as políticas Morganesque do Fed durante a década de 1920, ver Rothbard (1984, pp. 103-136).

Conclusão

As elites financeiras dos EUA, notadamente os interesses de Morgan, Rockefeller e Kuhn, Loeb, foram responsáveis por implantar o Federal Reserve System como um dispositivo de cartel criado e sancionado pelo governo para permitir que os bancos do país inflassem a oferta de moeda de maneira coordenada, sem sofrer retaliações imediatas de depositantes ou de obrigacionistas exigindo dinheiro em espécie.

Pesquisadores recentes, no entanto, também destacaram o papel vital de apoio do crescente número de especialistas e acadêmicos tecnocráticos, que estavam felizes em emprestar a pátina de sua suposta expertise científica ao esforço da elite para a criação de um banco central. Para alcançar um regime de grande governo e controle governamental, as elites dominantes não podem alcançar seu objetivo de privilégio através do estatismo sem o apoio legitimador vital dos

Conclusão

especialistas supostamente imparciais e do professorado. Para alcançar o Estado Leviatã, os interesses que buscam privilégios especiais e os intelectuais que oferecem erudição e ideologia devem trabalhar de mãos dadas.

Referências

Attali, Jacques. 1986. *A Man of Influence: Sir Siegmund Warburg, 1902-82*. London, Weidenfeld and Nicholson.

Bankers Magazine. 1906. Vol. 72 (January) & 1907. Vol. 75 (September).

Birmingham, Stephen. 1977. *Our Crowd: The Jewish Families of New York*. New York: Pocket Books.

Burch, Philip H. Jr. 1981. *Elites in American History. Vol. 2: The Civil War to the New Deal*. New York: Holmes and Meier.

Conant, Charles A. 1905. *The Principles of Money and Banking*. New York: Harper and Brothers.

Chapman, J. S. 1901. Review of "Charles Conant's *The United States in the Orient*." *Economic Journal* 2.

Dorfman, Joseph. 1949. *The Economic Mind in American Civilization*. Vol. 3. New York: Viking Press.

Etherington, Norma. 1982. "Reconsidering Theories of Imperialism." *History and Theory* 21, no. 1. 1984.

———. *Theories of Imperialism: War, Conquest, and Capital*. Totowa, N.J.: Barnes and Noble.

Healy, David. 1970. *US Expansionism: The Imperialist Urge in the 1890s*. Madison: University of Wisconsin Press.

Friedman, Milton, and Anna Jacobson Schwartz. 1963. *A Monetary History of the United States, 1867–1960*. Princeton, N.J.: National Bureau of Economic Research.

Jenks, Jeremiah W., E. R. A. Seligman, Albert Shaw, Edward R. Strobel, and Charles S. Hamlin. 1900. *Essays in Colonial Finance*. Publications of the American Economic Association. 3rd Series.

Johnson, Joseph French. 1900. "The Currency Act of March 14, 1900." *Political Science Quarterly* 15.

Kolko, Gabriel. 1983. *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American History*. Glencoe, Ill.: Free Press.

Livingston, James. 1986. *Origins of the Federal Reserve System: Money, Class and Corporate Capitalism, 1890–1913*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

Parrini, Carl P., and Martin J. Sklar. 1983. "New Thinking about the Market, 1896–1904: Some American Economists on Investment and the Theory of Surplus Capital." *Journal of Economic History* 43 (September).

Paul, Ron, and Lewis Lehrman. 1982. *The Case for Gold: A Minority Report on the US Gold Commission*. Washington, D.C.: Cato Institute.

Rosenberg, Emily S. 1985. "Foundations of United States International Financial Power: Gold Standard Diplomacy,

1900–1905." *Business History Review* 59 (Summer).

Rothbard, Murray. 1983. *America's Great Depression*. 4th Ed. New York: Richardson and Snyder. 1984.

"The Federal Reserve as a Cartelization Device: The Early Years, 1913–1920." In Bernie Siegel, ed., *Money in Crisis*. San Francisco: Pacific Institute, 1984.

Seidel, Robert N. 1972. "American Reformers Abroad: The Kemmerer Missions in South America, 1923–1931." *Journal of Economic History* 32 (June).

Silva, Edward T., and Sheila A. Slaughter. 1984. *Serving Power: The Making of the Academic Social Science Expert*. Westport, Conn.: Greenwood Press.

Taussig, Frank W. 1893. "What Should Congress Do About Money?" *Review of Reviews* (August). Quoted in Dorfman (1949) 1900. "The Currency Act of 1900." *Quarterly Journal of Economics* 14 (May).

Taylor, F.M. 1898. "The Final Report of the Indianapolis Monetary Commission." *Journal of Political Economy* 6 (June).

Vanderlip, Frank A. 1935. *From Farm Boy to Financier*. New York: D. Appleton-Century.

Warburg, Paul M. 1911. *The Reform of the Currency*. H. R. Mussey, ed. New York: Academy of Political Science.

———. 1914. "Essays on Banking Reform in the United States." *Proceedings of the Academy of Political Science* 4 (July).

———. 1930. *The Federal Reserve System*. 2 Vols. New York: Macmillan.

Ware, Louise. 1951. *George Foster Peabody*. Athens: University of Georgia Press.

West, Robert Craig. 1977. *Banking Reform and the Federal Reserve, 1863–1923*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

Referências

Willis, Henry Parker. 1923. *The Federal Reserve System*. New York: Ronald Press.